Aprovado por maioria
8/4/2022
Fernando Santos Pereira

ATA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO

DE

BARCELOS

SESSÃO DE 2022/02/25

ATA NÚMERO QUATRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

---------Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

---------ANTES DA ORDEM DO DIA.----------

---------Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.----------

---------Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia.----------

---------ORDEM DO DIA.----------

---------Ponto um – Aprovação das atas das sessões de vinte e seis de novembro e dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um;----------

---------Ponto dois – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;----------

---------Ponto três – Ratificação da adesão do Município de Barcelos à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM;----------

---------Ponto quatro – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte e dois;----------

---------Ponto cinco – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias do concelho de

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barcelos;----------

---------Ponto seis – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município para as Freguesias do concelho de Barcelos;----------

---------Ponto sete – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia desde um de maio de dois mil e dezanove;----------

---------Ponto oito – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para a aceitação das competências previstas no Decreto-Lei número cinquenta e cinco/dois mil e vinte, de doze de agosto (Ação Social), para o dia um de janeiro de dois mil e vinte e três, à luz do número cinco do artigo vinte e quatro do aludido diploma;----------

---------Ponto nove – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo de revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos;----------

---------Ponto dez – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos;----------

---------Ponto onze – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal referente à composição dos júris de recrutamento e seleção dos cargos de direção intermédia de primeiro, segundo e terceiro graus, a prover na autarquia;----------

---------Ponto doze – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos;----------

---------Ponto treze – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício destinado a "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural",

regularização da sua atividade, sito na Rua Quinta do Sol, freguesia de Fornelos;----------

---------Ponto catorze – Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano dois mil e vinte e um;----------

---------Ponto quinze – Apreciação da Informação semestral sobre a situação económico-financeira da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos;----------

---------Ponto dezasseis – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.----------

---------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------

---------Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Ana Rita da Silva Torre, Ângela Flávia da Silva Sousa, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Aurélio Miranda Machado, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gil Ferreira Herdeiro, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Faria, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Raúl Alexandre Pereira da Silva Dias, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres

Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristiana Ferreira Simões Soares, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.----------

---------Faltaram os seguintes membros:----------

---------António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Hélder Duarte Grácio Tomé, José Carlos Magalhães Vilas Boas, Manuel Fernandes Pereira, Natalina de Sá.----------

----------INÍCIO DOS TRABALHOS----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.----------

---------Declaro aberta esta sessão.----------

---------Iríamos começar com algumas informações da parte da mesa da Assembleia Municipal.----------

---------Informar as senhoras e os senhores deputados que tem reunido a Comissão Municipal de Saúde para apreciar a situação da saúde do concelho de Barcelos. Também já fez uma reunião conjuntamente com a Assembleia Municipal de Esposende. Tem mais uma série de audiências projetadas. A primeira audiência foi com o senhor presidente da Câmara Municipal, que se disponibilizou para ir à Comissão Municipal de Saúde e fazer o ponto da situação no que à Câmara Municipal diz respeito.----------

---------Tenho também agora uma informação de última hora da Câmara Municipal, que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é substituída por uma nova terminologia, pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. É também para levar ao conhecimento da Assembleia Municipal.----------

---------Iria pedir à senhora segunda secretária para dar informação dos senhores

deputados que entretanto pediram a substituição.----------

SEGUNDA SECRETÁRIA – Pediram substituição os seguintes senhores deputados municipais:----------

---------José António Maciel Beleza Ferraz;----------

---------Substituto: Hélder Duarte Grácio Tomé;----------

---------Casimiro da Silva Rodrigues;----------

---------Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;----------

---------Luís Gonzaga da Silva Pedrosa;----------

---------Substituto: Aurélio Miranda Machado;----------

---------Helena Isabel Gomes de Araújo;----------

---------Substituto: Manuel da Cruz Duarte Cardoso;----------

---------Manuel Isaque Ribeiro Ferreira;----------

---------Substituta: Maria Elisabete Fernandes da Cunha.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária.----

---------Informava agora a Assembleia Municipal do seguinte:----------

---------Há três votos, dois de pesar e um voto de solidariedade. Eu perguntava se já foi distribuído o voto de solidariedade pelos grupos municipais. Pedia, então, para procederem à fotocópia e distribuição do voto pelos líderes dos grupos municipais.----------

---------Iríamos começar pelos dois votos de pesar de ilustres barcelenses: o maestro Manuel da Fonseca e o escritor Domingos da Calçada.----------

---------O voto de pesar do maestro Manuel da Fonseca eu pedia para ser lido, se faz favor, pela senhora segunda secretária.----------

SEGUNDA SECRETÁRIA – "Voto de Pesar.----------

---------Manuel dos Santos Fonseca nasceu em quinze de outubro de mil, novecentos e quarenta, na freguesia de Chorente. Passou grande parte da sua vida em Angola, tendo regressado a Barcelos na década de setenta.----------

---------Durante a sua vida, Manuel dos Santos Fonseca foi fundador da Escola de Música MASOF, maestro do Coral Magistrói e teve também uma grande intervenção em diversos corais que ajudou a criar e a promover.----------

---------Dinamizou inúmeros cursos de música, transmitindo conhecimentos que permitiram a afirmação no mundo da música de vários barcelenses.----------

---------Todos reconhecem o trabalho insubstituível que o maestro Manuel Fonseca desenvolveu ao longo destes anos, nomeadamente enquanto organeiro, quer construindo, quer fazendo a manutenção de diversos órgãos de tubos, tanto em Barcelos como noutras cidades como Porto, Santo Tirso, Sintra, entre outras.----------

---------Em face do exposto,----------

---------Os signatários propõem à Excelentíssima Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária neste dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que delibere apreciar e votar o presente Voto de Pesar e dele dar conhecimento à sua Família, guardando um minuto de silêncio.----------

---------Barcelos e Assembleia Municipal de Barcelos, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores Deputados, este voto de pesar é apresentado pelo presidente da Assembleia Municipal e por todos os grupos municipais da Assembleia Municipal.----------

---------Passaríamos à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade.----------

---------Vamos ao voto de pesar do escritor Domingos da Calçada.----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRIMEIRO SECRETÁRIO – "Voto de Pesar.----------

---------Domingos da Calçada, Poeta e Contista. Homem do Vale do Neiva. Medalha de Mérito Cultural do Município de Barcelos, em dois mil e catorze.-----

---------Domingos de Castro Barbosa Maciel nasceu na freguesia de Durrães, em dezoito de fevereiro de mil, novecentos e trinta e um e faleceu, na sua residência, na mesma localidade, em vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e dois, com quase noventa e um anos de idade.----------

---------Aí frequentou a escola primária, tendo feito provas de exame na Escola Gonçalo Pereira, em Barcelos.----------

---------No Porto, foi aprendiz de caixeiro, no célebre "Passeio dos Carapuceiros".----------

---------Prosseguiu a sua atividade comercial, como trabalhador e gerente, enquanto desempenhava o ofício de perito-avaliador de propriedades rústicas e urbanas.----------

---------Dedicou-se, desde há muito, à recolha de elementos de temática popular na região do Vale do Neiva e publicou várias obras entre as quais: a coleção "Seroeira", "Muitos Pecados-Poucas Virtudes", "O Rasto da Memória: novos contos e crónicas do Vale do Neiva", "Divagações: Mão-Cheia de Recordações – Memórias de gente simples", "Os Doze Pares de França ou a Floripes de Palme", na "Barcelos Revista", Volume um, número um, mil, novecentos e oitenta e dois e é coautor da monografia "O Vale do Neiva".----------

---------Dedicou-se também à poesia, destacando-se os livros "Outonias" e "Poemas Tardios".----------

---------Participou na coletânea "Pedras no Rio do Tempo", editada pela Câmara Municipal de Barcelos, em mil, novecentos e noventa e quatro, como autor convidado, com o conto, "O Lamosa".----------

---------A Câmara Municipal de Barcelos atribuiu-lhe a Medalha de Mérito

Municipal-Grau Prata, em reunião do executivo de quatro do sete de dois mil e catorze.----------

---------O Desaparecimento de Domingos de Castro Barbosa Maciel representa uma profunda perda, dor e tristeza para a família, mas também para Barcelos e para os barcelenses.----------

---------Em face do exposto,----------

---------Os signatários propõem à Excelentíssima Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária neste dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que delibere apreciar e votar o presente Voto de Pesar e dele dar conhecimento à sua Família, guardando um minuto de silêncio.----------

---------Barcelos e Assembleia Municipal de Barcelos, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário.-----

---------Iria colocar à votação também!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está igualmente aprovado por unanimidade.----------

---------Em nome da Assembleia Municipal de Barcelos e de todos os presentes enviamos as sentidas condolências à família e aos familiares que aqui também estão presentes e que quiseram assistir a este momento.----------

---------Pedia aos senhores deputados que se levantassem e prestássemos um minuto de silêncio.----------

---------(Guardou-se um minuto de silêncio)----------

---------Deu entrada também na mesa há instantes atrás um voto de solidariedade relativamente à situação da Ucrânia.----------

---------Pedia também ao senhor primeiro secretário se lia esse mesmo voto de solidariedade e informa quem é que o apresentou, se faz favor.----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO – "Voto de Solidariedade para com o povo da Ucrânia pela invasão da Rússia e de apelo ao cessar-fogo e à paz.----------

---------Verificamos com incredulidade que, em pleno século vinte e um, tenha sido aberta na Europa, uma frente de guerra consumada pelo lançamento da ofensiva militar da Federação Russa contra a República da Ucrânia, durante a madrugada da passada quinta-feira, dia vinte e quatro.----------

---------Trata-se de uma clara, ostensiva e flagrante violação do direito internacional, que ameaça a segurança e a paz europeia e mundial e já está a provocar inúmeras vítimas não só entre os exércitos beligerantes, como também entre as populações desprotegias.----------

---------Com efeito, como já foi qualificada pelo presidente da Assembleia da República Portuguesa, esta ofensiva russa é "o maior ataque à paz e à estabilidade na Europa em décadas".----------

---------Importa pois, perante uma ação que, além de um ato beligerante é também um ataque aos esforços da diplomacia, um ataque à liberdade do povo ucraniano e um ataque à ordem e à paz mundial, a maior Assembleia Municipal do país demonstre inequivocamente o seu repúdio a esta agressão militar e condene esta ocupação ilegal, ilegítima e imoral da Ucrânia pela Rússia.----------

---------Importa ainda demonstrar total solidariedade ao povo ucraniano, muitos deles a viverem no nosso país e nosso concelho, fazendo votos para que rapidamente seja reposta a paz no seu país e possam voltar a ter paz e a poderem viver com segurança e tranquilidade.----------

---------O grupo de deputados dos partidos que compõem a Coligação Barcelos Mais Futuro na Assembleia Municipal".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Tenho mais um voto de solidariedade do Chega.

Queria perguntar se se revê neste voto que foi lido ou mantém a sua individualidade no voto de solidariedade que apresentou, que chegou só agora à mesa. Quer que seja lido? Muito bem.----------

---------Senhora segunda secretária, faça o favor de ler.----------

SEGUNDA SECRETÁRIA – "Voto de Solidariedade para com a comunidade ucraniana em Portugal, devido à invasão daquele país.----------

---------Nos últimos dias, a tensão entre a Rússia e Ucrânia intensificou-se e levou à invasão da Ucrânia por parte de Rússia e Bielorrússia.----------

---------As ruas de Kiev e de outras cidades foram tomadas, de assalto, por grupos aliados a Putin e pelo exército russo.----------

---------Os civis em desespero em várias áreas do país correram às farmácias, multibancos, mercados e centros comerciais na procura de bens para se conseguirem abastecer. Os danos serão de vários milhões de euros. Os traumas serão incalculáveis.----------

---------Esta situação tem afetado a comunidade ucraniana no nosso país, comunidade esta já integrada e alguns sendo mão-de-obra altamente especializada.----------

---------Esta comunidade contempla centenas de ucranianos, sendo um pilar de trabalho na nossa comunidade.----------

---------É, por isso, fundamental que haja uma congregação de esforços em prol de um acompanhamento real e coeso aos cidadãos ucranianos e poder receber os seus descendentes a residir na Ucrânia. Não se pode permitir nem coadunar com um acompanhamento que se encerra em palavras e que não apresenta uma solução clara.----------

---------A intervenção portuguesa, através das suas instituições, tem obrigação de ser humanitária e de acompanhamento local a todos os ucranianos em Portugal, nomeadamente os que, agora, padecem com esta situação.----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Este é mais um momento para que se cimente a relação diplomática entre Portugal e a Ucrânia, como também se reiterem esforços para que se encontre uma solução para a crise, a insegurança e a violência que se vive naquele país.----------

---------Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão plenária, vem desta forma apresentar a sua solidariedade para com a comunidade ucraniana em Portugal, enquanto vítima da onda de violência neste país, fazendo votos que rapidamente se recupere a paz social.----------

---------Barcelos, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Temos dois votos de solidariedade, um apresentado pelos grupos municipais do PSD, BTF e CDS e outro apresentado pelo Chega.----------

---------Ia colocar à votação o primeiro, o "Voto de Solidariedade para com o povo da Ucrânia pela invasão da Rússia e de apelo ao cessar-fogo e à paz", apresentado então pelo PSD, BTF e CDS.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Aprovado por maioria com três abstenções e os demais a favor.----------

---------Vamos votar o Voto de Solidariedade apresentado pelo Chega!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Dois BE)----------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Noventa e quatro: quarenta e um PS, vinte e dois PSD, vinte e um BTF,

três CH, dois TB, dois CDS, três IND)----------

---------Foi também aprovado por maioria com noventa e quatro votos a favor, um voto contra e duas abstenções.----------

---------Há uma declaração de voto oral que o senhor deputado do Bloco de Esquerda, José Maria Cardoso, quer fazer. Faça o favor.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite.----------

---------Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Deputados, Público, Comunicação Social e quem nos vê e escuta via *Web*.----------

---------A intenção do Bloco de Esquerda neste caso concreto em apresentar a declaração de voto, e pelo qual nos abstivemos, tem a ver com duas razões, uma processual. Senhor presidente da Assembleia Municipal, está aberto um precedente que pode ser usado em qualquer situação. Eu posso fazer entrega de um voto de pesar, de solidariedade, de saudação, de qualquer coisa que seja sobre uma efeméride qualquer que esteja próxima ou que tenha acontecido proximamente em qualquer uma das sessões. Nós tivemos duas reuniões preparatórias, uma delas ocorreu ontem, esta situação já estava em curso, houve tempo mais que suficiente para os grupos parlamentares, que porventura tinham a intenção de apresentar uma situação deste género, o terem feito e terem discutido e debatido connosco as razões de o fazer e a forma como fariam. Nós somos apanhados de surpresa com votos, tanto um quanto outro, aliás, acho que um entrou mesmo em cima da hora, sobre uma situação que precisa de ser analisada também numa perspetiva que não é de somenos importância sobre aquilo que se diz. E esta é outra razão pela qual nós votámos pela abstenção. Somos frontalmente, veemente contra esta ofensiva da Rússia na Ucrânia, não hajam menores dúvidas, já o declarámos publicamente e afirmámo-lo com todas as palavras. Portanto, não está isso em

causa. Agora está em causa algumas questões que estão aqui no texto, que são imprecisas.----------

---------Quando se diz retomar a paz ou voltar a ter paz, tenhamos a noção do que é que estamos a falar. Estes povos estão em guerra, infelizmente, já há muito tempo.----------

---------Quando se diz – já agora, reposta a paz e não resposta à paz – é preciso dar atenção à forma como se apresenta e o que é que se quer dizer, porque não se coloca a questão sempre nesta perspetiva do bom e o vilão, de um lado está o mal e do outro lado está o bem. Nós condenamos e, aí sim, somos frontalmente a favor da solidariedade com o povo ucraniano em qualquer uma das situações. Agora, não é nestes modos que se apresentam estas questões e desta forma. Portanto, por um lado processual, por outro lado pelo conteúdo das mensagens, daquilo que está escrito nos votos, nós abstivemo-nos não por sermos contra a razão de ser da situação que aqui está expressa.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Naturalmente que estes votos foram admitidos pela mesa e queria dar as seguintes explicações:----------

---------Nós não estamos numa situação normal, estamos numa situação que não acontecia há dezenas de anos na Europa, numa situação de guerra que está a acontecer. Perante esta situação, apresentaram aqui no início da sessão da Assembleia Municipal um voto, que foi o voto da coligação, que eu disse que podia ter vindo mais cedo, mas perante essa circunstância eu aceitei. Chega-me de imediato um voto do partido Chega relacionado com a mesma matéria, que também o aceitei. E aceitei-o porque é uma situação excecional que estamos a atravessar e entendia que este era o sentimento de todos os senhores deputados que eu não recusasse a aceitação destes votos. E, em nome do

andamento e em nome da importância do assunto, aceitei-os, votámos, e é essa a explicação que queria dar.----------

---------Iríamos continuar a ordem de trabalhos, iríamos passar para o chamado período de antes da ordem do dia.----------

---------Como sabem, temos um período de antes da ordem do dia de sessenta minutos, uma grelha de quarenta minutos que é distribuída numa primeira ronda por cinco minutos por cada grupo municipal e numa segunda ronda de dois minutos e trinta segundos por cada grupo municipal.----------

---------Informo que neste ponto deram entrada duas moções, uma do Bloco de Esquerda e outra do PCP, que depois serão apreciadas com o devido tempo e aí discutidas e votadas da forma que poderemos ver a seguir. Iremos ter essas mesmas votações no final do período de antes da ordem do dia.----------

---------Seguindo o princípio da rotatividade, dava a palavra ao senhor deputado Alexandrino Ribeiro para, em nome do PSD, fazer a sua intervenção. Tem a palavra, senhor deputado.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.----------

---------Saúdo o regresso das Assembleias Municipais a este magnífico auditório, após cerca de dois anos de ausência devido à Covid-dezanove, sendo motivo para se dizer que a Assembleia Municipal de Barcelos está de regresso a casa.---

---------Permitam-me que comece a minha intervenção por saudar os barcelenses recém-eleitos como deputados da Assembleia da República, os vereadores Carlos Eduardo Reis, pelo PSD, e Anabela Real, pelo Partido

Socialista, desejando que desenvolvam um trabalho de elevada relevância em favor de Portugal e dos portugueses e, particularmente, em favor de Barcelos e da melhoria das condições de vida de todos os barcelenses;----------

---------A vitória eleitoral da Coligação Barcelos Mais Futuro nas eleições autárquicas de dois mil e vinte e um se, por um lado, nos deixa, no seio do PSD, muito satisfeitos, também provocou, em todos nós, um sentido de responsabilidade enorme para não defraudar as expetativas criadas e corresponder aos anseios da população. Estamos certos que os barcelenses não se vão sentir defraudados com a gestão autárquica deste executivo municipal pois, apesar de ainda se encontrar há pouco tempo em exercício, em pouco mais de cem dias, já se nota no terreno uma clara diferença na liderança municipal aos mais diversos níveis. Desde o relacionamento com os colaboradores do município, passando pelo relacionamento com o movimento associativo, com as juntas de freguesia e com a oposição (nomeadamente com a atribuição de um gabinete nos Paços do Concelho). Já se fazem sentir os efeitos de uma Câmara Municipal aberta aos barcelenses, com o presidente da Câmara a estar regularmente no terreno a sentir e a resolver os problemas da população e a ser, verdadeiramente, o presidente de todos os barcelenses;-------

---------Em pouco mais de cem dias o executivo municipal baixou a carga fiscal sobre os barcelenses, permitindo que Barcelos se apresente como um concelho mais competitivo, em termos fiscais e económicos, no contexto dos municípios que compõem o quadrilátero urbano.----------

---------Destacaríamos ainda o importante trabalho que tem sido desenvolvido no sentido de virar, definitivamente, a cidade e o concelho para o rio, numa estratégia de crescimento e desenvolvimento que visa o aproveitar de todas as enormes potencialidades do Rio Cávado. Projetos como o da ecovia e do passadiço pedonal ao longo da margem direita do Rio Cávado começam a ter

contornos de realidade.----------

---------O Hospital de Barcelos continua a merecer uma especial atenção por parte do executivo municipal. Depois de uma reunião com os deputados da Assembleia da República eleitos pelo distrito de Braga, destacaríamos as recentes reuniões com o Município de Esposende, quer ao nível dos executivos municipais, quer ao nível das Assembleias Municipais, no intuito de unirmos e concertarmos esforços para que o hospital seja uma realidade no mais breve prazo possível.----------

---------Esta é, também, uma importante mudança de paradigma na gestão municipal e que tem merecido amplos elogios da parte dos presidentes da Câmara dos municípios vizinhos. A aposta no diálogo com esses municípios, no sentido de desenvolvermos e concretizarmos projetos e políticas estratégicas impactantes, simultaneamente, para Barcelos e para os outros municípios.-------

---------Tem sido assim no hospital, mas também em outras áreas de atuação municipal, como nos acessos a autoestradas, nomeadamente à A/três, A/sete e A/vinte e oito e a navegabilidade do Rio Cávado.----------

---------A eliminação de passagens de nível no concelho está muito bem encaminhada para ser uma realidade a breve prazo, estando a ser dados passos decisivos nas negociações com as Infraestruturas de Portugal para a concretização destes projetos que muito contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos barcelenses.----------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Pereira, do BTF.----------

DEPUTADO DO BTF – Luís Pereira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras

e Meus Senhores.----------

---------Passados quatro meses da tomada de posse deste executivo municipal, não é tempo suficiente para se fazer uma avaliação global quanto ao seu desempenho.----------

---------Mas já podemos avaliar se algo mudou e se o que foi apresentado aos eleitores no programa eleitoral da coligação, e o seu espírito, já é visível e em que medidas.----------

---------O executivo apresentou, antecipadamente ao previsto na lei, o seu orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois.----------

---------Apresentou uma nova estrutura orgânica, dotada das unidades orgânicas compatíveis com a dimensão municipal.----------

---------Criou condições aos munícipes no acesso a todos os serviços e a todos os membros do executivo, repondo um conceito de uma Câmara aberta.----------

---------Atribuiu aos vereadores da oposição um gabinete de trabalho no edifício deste município, dotado de todos os equipamentos.----------

---------Criou uma nova dinâmica nos procedimento concursais de obras públicas financiadas por fundos comunitários, parados há inúmeros meses.----------

---------Reuniu com a ARS Norte sobre o parecer para o projeto do novo hospital que, pasme-se, ainda não o tinha dado desde há longos meses.----------

---------Reuniu com todos os presidentes de junta e representantes da CCDRN para esclarecimentos sobre a revisão do PDM.----------

---------Reuniu ainda com os novos acionistas da Águas de Barcelos sobre a concessão das redes públicas de água e saneamento e de um novo acordo a celebrar entre as partes.----------

---------E este é, no entender do BTF e da coligação, o ponto mais sensível de todos os processos, porque ninguém de boa-fé pode ignorar uma sentença judicial já transitada em julgado, com uma indemnização de cento e setenta e

dois milhões de euros mais juros.----------

---------Minhas Senhoras e Meus Senhores,----------

---------É preciso acabar, de uma vez por todas, com a demagogia daqueles que, irresponsavelmente, insistem numa solução sem a correspondente comparticipação financeira, ou o resgate.----------

---------Os eleitos pelo BTF nos órgãos autárquicos do município contribuíram empenhadamente para que em dois mil e quinze o executivo e esta Assembleia aprovassem o resgate da concessão por oitenta e sete milhões de euros, com empréstimo bancário garantido.----------

---------E foi o executivo PS que fez tábua rasa sobre a sua não execução.----------

---------Mas o mesmo executivo PS apresentou, em dois mil e dezassete, aos órgãos do município, uma proposta (que foi aprovada) para a aquisição de quarenta e nove por cento do capital da Águas de Barcelos.----------

---------Esta proposta teve o mesmo destino da anterior, ou seja, não foi cumprida. Infelizmente a mesma que em dois mil e quinze. Então, a quem pedir responsabilidades senão ao PS?----------

---------Pior ainda, o único dado que o anterior executivo da gestão do PS deixou foi um estudo mandado elaborar pelo anterior presidente da Câmara, ao professor Rui Trindade, com data de oito de outubro de dois mil e vinte e um, que evidencia que o resgate da concessão a efetuar pelo município, nesta data, é de duzentos e quarenta e dois milhões de euros!----------

---------O mesmo estudo aponta também para que o valor da não atualização das tarifas da água ao nível da inflação prevista em cada ano será pago a título indemnizatório.----------

---------Foi por essa razão e pelo sentido de responsabilidade do exercício da autoridade, por uma gestão célere e transparente, que o executivo aprovou a atualização do tarifário da água, tendo em conta a inflação para dois mil e vinte

e dois que se cifra em dois vírgula quatro por cento.----------

---------Portanto, o BTF desafia aqui todas as forças políticas que defendem o resgate, como única alternativa, que apresentem uma proposta nesse sentido (um resgate unilateral), mas com um cheque visado de duzentos e quarenta e dois milhões de euros para cumprimento do contrato já validado pelos tribunais.----------

---------Para terminar, e mais uma vez, o BTF está, e estará sempre, em sintonia com as orientações da coligação, que falará a uma só voz.----------

---------Seremos solidários, porque a gestão municipal será desenvolvida no espírito e cumprimento das propostas apresentadas e validadas pelos barcelenses. Bem sabemos que este princípio não agrada a muita gente.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------O senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa noite.----------

---------Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, demais Eleitos, Público e a todos aqueles que nos seguem via *Web*.-

---------Como foi dito anteriormente, o Chega condena fervorosamente a invasão da Ucrânia, repudia qualquer tipo de sistema não democrático e que pelo uso da força imponha a suas ideias.----------

---------Queremos endereçar os nossos parabéns ao PS pela vitória nas últimas legislativas.----------

---------Lembrar que o Chega fez história com a eleição de doze deputados e tornou-se a terceira força política de Portugal.----------

---------Queremos com esta força ser uma oposição séria e clara contra os modelos de governação socialista.----------

---------Nós seremos a voz do Chega nesta Assembleia com uma missão clara de promover as verdadeiras políticas de direita.----------

---------Somos uma força fiscalizadora que estará sempre aqui em defesa das pessoas de Barcelos.----------

---------Estamos aqui para lembrar que as promessas eleitorais ou eleitoralistas são para cumprir.----------

---------Lembro o senhor presidente da Câmara que a sua promessa da criação da polícia municipal, que muito nos agradou, não pode ser uma promessa em vão. Mas recordo que a criação da polícia municipal, como o exemplo de muitas pelo país fora, apenas com recursos humanos transferidos da PSP, não resolve o problema, cria um outro.----------

---------Sobre a ideia do Chega, a construção de uma piscina a norte do concelho e outra a sul, que Vossa Excelência assumiu como sua. Não nos preocupa de quem foi a ideia, apenas queremos saber: para quando?----------

---------O Chega está também preocupado com os vários atentados ambientais que ocorrem no Rio Cávado e os quais têm sido ignorados sistematicamente pelos vários presidentes deste município, não podemos continuar a olhar para o lado e achar que o problema não é connosco. A qualidade e gestão dos nossos recursos hídricos é cada vez mais uma preocupação do presente, não estivéssemos nós a par da maior seca conhecida no país.----------

---------Senhor presidente, até quando poderemos aceitar que estes atentados ambientais prejudiquem a biodiversidade e as gerações futuras?----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra o CDS-PP, o senhor deputado José Manuel Cardoso.-

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários,

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros Eleitos desta Assembleia, Público e os que estão em casa a ver-nos via *Internet*.----------

---------Em junho de dois mil e seis, o Hospital de Santa Maria Maior de Barcelos perdeu a valência de obstetrícia e assim viu ser encerrada a sua maternidade.---

---------Desde então não houve mais partos no SNS em Barcelos, a alternativa passou a ser o Hospital de Braga ou nas próprias ambulâncias quando as parturientes não conseguiam chegar a tempo de parir.----------

---------Após protestos da população e com recurso ao Tribunal Administrativo de Braga, onde não houve reversão da decisão do governo socialista liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates e pelo ministro da Saúde Correia de Campos, ficou acordado, entre esse governo e o Município de Barcelos, a construção de um novo hospital, porque o atual não oferece as melhores condições físicas.----------

---------Em resumo, esse acordo passava pela aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal e o governo ficava responsável pela construção.----------

---------Em dois mil e nove, o Partido Socialista ganha a Câmara de Barcelos, com Miguel Costa Gomes a presidente, e o governo continua liderado pelo José Sócrates.----------

---------Era o cenário perfeito para concretizar o acordado. Palavra dada, palavra honrada!----------

---------Mas tal não se verificou!----------

---------O país, em dois mil e onze, entra em bancarrota, há eleições e inicia-se o governo de Passos Coelho e Paulo Portas, com a missão de endireitar as contas públicas e seguir à risca as orientações da *troika*, para recebermos o dinheiro emprestado para o Estado cumprir com as suas obrigações mais básicas, como seja: honrar o pagamento aos funcionários públicos, aposentados e

fornecedores do Estado.----------

---------Como se depreende, neste período crítico o país vivia asfixiado financeiramente e não foi possível cumprir a promessa da construção do hospital. Entretanto a Câmara de Barcelos não trata da compra dos terrenos, nem tão-pouco se discute a sua localização, apesar dos apelos da oposição.-------

---------Em dois mil e quinze há eleições e Passos Coelho e Paulo Portas ganham sem maioria parlamentar, mas o Partido Socialista liderado por António Costa fez maioria na Assembleia da República com o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda e está criada a Geringonça!----------

---------O discurso era que tinha acabado a austeridade e que o país podia agora respirar de alívio porque a *troika* já tinha ido embora.----------

---------No executivo camarário continuava Miguel Costa Gomes.----------

---------Mais uma vez estava criado o cenário perfeito para concretizar a construção do hospital.----------

---------Mas tal não aconteceu!----------

---------Miguel Costa Gomes já em fase final do mandato anunciou a compra dos terrenos para o hospital, trazendo a esta Assembleia a votação para aprovação da sua compra e que foi aprovada por unanimidade!----------

---------Em dois mil e vinte e um há eleições autárquicas e a Coligação ganha a Câmara.----------

---------O novo executivo cumpre com a promessa eleitoral de tudo fazer para a construção do hospital, prometida há dezasseis anos (muito tempo)!----------

---------Entretanto o governo socialista de António Costa não vê aprovado o Orçamento do Estado para dois mil e vinte e dois e o presidente da República dissolve a Assembleia da República e convoca eleições.----------

---------Durante a campanha eleitoral o cabeça de lista do PS por Braga, José Luís Carneiro, e restantes candidatos fizeram uma visita ao Hospital de Barcelos e

reafirmaram que "a construção do Novo Hospital de Barcelos nunca esteve em causa e vai ser uma realidade" e que estavam "na posse de informações seguras, temos dito desde o início desta campanha eleitoral que assim será, uma vez que o atual governo, através do plano plurianual de investimentos dois mil e vinte e um/dois mil e trinta do Ministério da Saúde, prevê um investimento total de noventa e cinco milhões de euros na execução do projeto" e mais disseram "o nosso cabeça de lista e deputado à Assembleia da República, José Luís Carneiro, obteve da ARS Norte a informação de que estão em marcha procedimentos administrativos necessários ao ajustamento do caderno funcional e ao projeto de arquitetura da nova unidade hospitalar. Concluído este trabalho, a executar pela mesma equipa de consultores e projetistas que em dois mil e oito foram escolhidos, a ARS Norte ficará em condições de submeter uma candidatura a fundos europeus, ao abrigo do Portugal dois mil e trinta, junto da Comissão Europeia".----------

---------Fica o registo para memória futura! Palavra dada, palavra honrada!--------

---------Há eleições e o Partido Socialista ganha as eleições com maioria absoluta.----------

---------O presidente da Assembleia Municipal, Fernando Pereira, cumprindo com a sua promessa, fez honra no seu discurso de tomada de posse de constituir uma comissão de saúde para continuar a luta pela construção do hospital com todas as forças políticas eleitas.----------

---------Foi constituída e no passado dia doze de fevereiro reuniu-se nos Paços do Concelho as forças políticas eleitas na Assembleia Municipal de Barcelos e Esposende e onde unanimemente todos concordaram com a necessidade de lutar pela construção e até sugeriu-se atribuir um nome que abrangesse os dois concelhos: Hospital do Baixo Cávado.----------

---------Minhas Senhoras, Meus Senhores,----------

---------Chegados aqui, dezasseis anos da promessa da construção, com ainda não efetivação da compra do terreno, com a promessa do Partido Socialista – que já é um *habitué* –, através dos candidatos pelo círculo de Braga, de noventa e cinco milhões para a construção, depois de dois anos de uma pandemia que atribulou a vida de todas as pessoas, que colocou à prova os profissionais de saúde e o próprio Serviço Nacional de Saúde, onde pudemos ver a necessidade que é efetivamente de ter um hospital de proximidade, de haver agora um governo com maioria absoluta e as Câmaras Municipais de Barcelos e Esposende estarem em sintonia por esta causa, chegou a hora de não abdicarmos desta luta e de cobrar as promessas recentemente proferidas!--------

---------Saibamos todos estar unidos e em uníssono pela construção do novo hospital, porque a saúde é o nosso maior bem!----------

---------Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda, faz favor.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social e quem nos vê e escuta via *Web*.----------

---------Venho apresentar a moção que atempadamente entrou nos serviços e que foi objeto já de discussão, creio eu, pelas diversas bancadas parlamentares sobre uma questão, digamos, fundamental não só para Barcelos mas de uma forma geral em termos nacionais e internacionais, os problemas relacionados com a água e a necessidade de criar uma situação que responda a um problema cada vez mais agravado no nosso concelho.----------

---------É uma concessão que remonta de dois mil e cinco. Já o disse muitas vezes e o Bloco de Esquerda tem afirmado, foi praticado, para nós, um ato, uma

espécie de crime de gestão pública, em dois mil e cinco, com o contrato que foi firmado entre a então presidência e o executivo camarário e a empresa Águas de Barcelos. Um contrato blindado, um contrato leonino, um contrato assente num falacioso caso base que logo no primeiro ano que entrou em funcionamento mostrou exatamente essas situações. Ou seja, ao fim de um ano temos um diferencial entre o consumo previsto e o efetivo de vinte e quatro vírgula quatro por cento. Vejamos o que é que estamos a falar e qual é o início da questão e qual é o início de todo o problema. Portanto, isto nunca poderemos esquecer.----------

---------É verdade que o Partido Socialista, durante doze anos, nada resolveu, antes pelo contrário, foi agravando sucessivamente um conjunto de problemas e aumentando aquilo que é a indemnização que a Câmara está condenada a fazer o pagamento. Portanto, na verdade há aqui uma espécie de culpas repartidas mas, reafirmo, o problema está na firmação do contrato que foi feito e nos molde em que aconteceu.----------

---------É claro que temos um historial de um resgate de concessão de oitenta e sete milhões que foi aqui aprovado nesta Assembleia Municipal e no executivo de então e que nunca foi levado a cabo, digamos, a concretizar-se.----------

---------Depois temos um acordo extrajudicial que nunca se percebeu muito bem qual era a intenção, porque a Câmara ficaria com quarenta e nove por cento, o que lhe daria nitidamente uma falta e uma incapacidade de gestão da própria empresa, assumindo muitos prejuízos que ela possa ter. E mais, e também dissemos e continuamos a dizer, tudo isto feito numa espécie de um manto de secretismo e com a outorga na altura da carta-branca do senhor presidente da Câmara, que em nada se compadece com aquilo que deve ser uma gestão pública que nós defendemos.----------

---------E agora o que é que temos? Uma híbrida coligação, se assim se pode

chamar, que vem retomar a aproximação aos interesses da empresa. Começou já por um aumento do tarifário, a aprovação, com o consentimento de um aumento do tarifário. Ainda há pouco alguém do PSD dizia que esta Câmara já provou que reduziu os custos e os impostos aos barcelenses, é verdade, neste caso concreto o inverso serve perfeitamente para justificar esse facto. Mas é mais grave do que isso, é a prorrogação do prazo de concessão que pode estar e está em cima da mesa com certeza. E isto é gravoso porque é manter o erro, é continuar o problema exatamente que nós temos defendido o contrário, e a solução é o criar condições para que se prorrogue por um tempo, diria, infinito, aquilo que é uma área importantíssima de gestão pública, uma intervenção fundamental de gestão pública.----------

---------E pasme-se, caras e caros colegas, ouvir-se do BTF que defende o aumento do tarifário, ouvir-se do BTF, como agora ouvimos, que é uma irresponsabilidade defender o resgate da concessão quando esse foi, quanto se sabe publicamente, um dos motivos de rutura dentro do Partido Socialista, que levou à formação do BTF, precisamente o facto de não ter sido aceite esse resgate de concessão, promovido e sempre apontado, nomeadamente no anterior mandato, pela parte do BTF sobre o Partido Socialista por não ter executado este resgate de concessão, e agora diz que é uma irresponsabilidade. Temos aqui um ato de subjugação aos ditames do partido maioritário desta coligação híbrida que assim apelido, uma espécie de um gesto de genuflexão política da parte do BTF a esta coligação, que é de todo importante registar.------

---------Sobre estas questões, este perpetuar da irresponsabilidade, a água, caras e caros colegas, não pode ser uma mercadoria a mercantilizar. A água é um bem vital, fundamental, e, como tal, só pode ter uma gestão pública. E naturalmente que perante uma situação como estamos a viver, de uma seca severa, extrema, na maior parte do país, da necessidade dos contributos para as alterações

climáticas, da necessidade de criar um tarifário social que responda a muitas das necessidades económicas da população barcelense, só podemos defender um processo de remunicipalização do serviço da água. E é isso o que nós aqui apresentamos nestes três pontos e naquilo que consideramos importante que seja aprovado nesta Assembleia.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.----------

---------O Partido Comunista também apresenta uma moção "*Em defesa da água pública*" e diz o seguinte:----------

---------Quis o destino que fosse num momento de seca extrema que estivéssemos hoje, pela Moção do PCP "*Em defesa da água pública*", a discutir a posse da água.----------

---------A água não é um bem vulgar, é um bem fundamental à vida na terra, logo não pode ser tratado como um bem, estritamente, comercial.----------

---------Por isso a sua posse assume uma importância vital, não podendo, de forma alguma, o seu acesso estar submetido á logica do lucro e estar condicionado por critérios económicos.----------

---------O ponto de partida para esta discussão é a existência de uma concessão com cláusulas lesivas para os barcelenses, como reconheceu o Tribunal, acrescido de uma indemnização a pagar à concessionária.----------

---------Poderemos afirmar que o prejuízo causado pela privatização da distribuição de água e saneamento tem valor: mais de duzentos milhões euros,

que é o valor da indemnização, acrescida dos tais encargos financeiros.----------

---------Não será necessária uma reflexão profunda sobre a matéria para perceber que a privatização da água, para além de colocar obstáculos sérios do acesso da população (lembro a exorbitância pedida pela ligação ao ramal), colocará, também, sérios constrangimentos à gestão do município.----------

---------Estamos, novamente, a discutir este assunto por três motivos:----------

---------Primeiro – Pela má decisão do PSD em privatizar a água, atendendo nesse momento aos interesses privados em detrimento do interesse público;----

---------Segundo – Pela incapacidade do PS, ao longo de doze anos, em resolver o assunto. Incapacidade que tem origem nas profundas contradições que o PS/Barcelos tem sobre a matéria. Estou convencido que há muitos deputados do PS que não sabem ainda hoje exatamente o que é que o seu partido defende nesta matéria;----------

---------Terceiro – Pela recente decisão do executivo em aumentar a tarifa da água, que para o PCP é um preocupante sinal que este executivo está a dar sobre o que pretende para resolver este problema.----------

---------Aliás, a anterior intervenção do BTF é mais um elemento que reforça este sinal de preocupação. Porque a intervenção do BTF sobre esta matéria foi a preparação de uma cambalhota política que o BTF está preparado para dar.------

---------E o desafio que foi colocado pelo deputado do CDS àquelas forças que, de uma forma consistente e coerente, sempre defenderam a remunicipalização e a defesa da água pública eu não vou aceitar esse desafio, porque a vossa posição é de tal maneira sinuosa, é de tal maneira feita de cambalhotas, que eu daqui a um ano terei que responder a outro desafio e eu não estou para isso. Portanto, dizer que é um sinal preocupante.----------

---------A coligação fruto das divergências sobre assunto que existem no seu seio e por o seu maior partido – PSD – ser o grande responsável e ser o portador de

uma proposta impopular que passa não por corrigir o erro, mas agravá-lo, nunca foi claro sobre o que pretendia, nem sequer em campanha eleitoral.----------

---------Mas os barcelenses foram claros sobre o que pretendem quando afastam do poder o PSD que privatizou a distribuição da água e saneamento e quando recusaram em colaborar com a concessão ao negarem, mesmo sob ameaça, a tornarem-se clientes de uma concessionária que é altamente gravosa para os seus interesses.----------

---------Recomendamos, por isso, que o executivo atenda a esta vontade popular diversamente expressa em vários momentos.----------

---------Reafirmamos com esta moção a importância da defesa da água pública, pelo seu resgate, colocando um ponto final à concessão.----------

---------Recordamos que o resgate da água foi aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Muitos dos presentes na altura votaram a favor. Por aquilo que vou ouvindo, a cambalhota vai ser feita. Mas muitos dos presentes votaram a favor e terão de explicar aos barcelenses e não a mim, porque eu já percebi muito bem para o que vêm, porque é que há cinco anos votaram a favor e porque é que agora estão preparados para votar contra.----------

---------E para terminar, o PCP continuará a lutar pela municipalização da distribuição da água e saneamento, pois para o PCP não há solução no seio da concessão.----------

---------Muito obrigado pela vossa atenção.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Vasconcelos. Faça o favor, senhor deputado.----------

DEPUTADO DO PS – Manuel Vasconcelos – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras

e Senhores Presidentes das Uniões e das Juntas de Freguesia, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Caras e Caros Barcelenses presentes, bem como os que nos acompanham via *Web*.----------

---------Como referimos na anterior Assembleia Municipal, o Partido Socialista procurará efetuar uma oposição responsável, centrada na defesa dos interesses dos barcelenses e de todo o seu território.----------

---------Não podemos deixar de abordar a questão relativa à água.----------

---------Todos sabemos que foi um contrato ruinoso.----------

---------O PS impediu, durante doze anos, que o processo prejudicasse ainda mais os barcelenses.----------

---------O presente executivo camarário decidiu pelo aumento imediato da água.-

---------O que esta coligação entende ser uma vantagem, pelo facto de não ser executada a dívida, nós entendemos que é um malefício, na medida em que prejudica as negociações, fragilizando-as. E, consequentemente, o interesse dos barcelenses.----------

---------Se a empresa está agora decidida a cobrar a dívida, então o Partido Socialista conseguiu um grande feito durante doze anos.----------

---------De facto, não conseguimos atingir os objetivos pretendidos, mas estávamos a tentar. Muito tempo para tentar? Desistindo, perde-se com certeza!----------

---------Fomos acusados de falta de transparência.----------

---------Mas desconhecemos os contornos desta negociação.----------

---------Não estamos a falar de honestidade ou falta dela. Apenas de visibilidade.-

---------O que ressalta é um acordo que, como antes, apenas beneficia a concessionária.----------

---------Desta forma, não é um acordo, mas uma cedência!----------

---------Não se trata aqui de sermos contra um executivo. Trata-se somente de

sermos contra um procedimento.----------

---------Entendemos também referir a mudança nas chefias.----------

---------Nada temos contra o facto em si mesmo.----------

---------Qualquer empresa valoriza, e deve ter, administradores, gestores, diretores, chefes e todo o tipo de colaboradores competentes e leais.----------

---------Mesmo que tivesse havido um contacto com as pessoas em questão, não se pode chamar conversa, diálogo, ou acordo. Mas apenas ligeira formalidade para transmitir uma decisão previamente tomada.----------

---------O que transparece é o seguinte: foram escolhidos pelo PS, não servem!---

---------Algumas chefias eram ainda do tempo do PSD.----------

---------Evidentemente qualquer pessoa considerará estranho.----------

---------Poder-se-ia esperar, pelo menos, pelos cem dias de governação.----------

---------Análise efetuada, ou não, transpareceria ter havido.----------

---------No que diz respeito à relação com as freguesias, parece-nos que as regras do PDM deverão ser analisadas com sensibilidade, que acreditamos que a terão.----------

---------As alterações do quadro legislativo do ordenamento do território e do urbanismo podem sempre ser envoltas em bom senso. Não queremos dizer contornar a lei, mas acionar os mecanismos necessários para adotar os meios que permitam ajudar e apoiar as famílias que precisem de habitação. Sabemos que essa nova lei, tal como se encontra, irá prejudicar muito a maior parte das nossas freguesias.----------

---------Aliás, esta relação, de bom senso e sensibilidade supramencionada, deve imperar em todas as relações públicas de qualquer executivo. Com as freguesias e com os cidadãos.----------

---------Quanto aos subsídios a atribuir, estaremos atentos para podermos entender os critérios utilizados.----------

---------Condenar o PS por ação, ou falta dela, em nada beneficia o presente executivo. O que o fará beneficiar será o facto de fazerem melhor.----------

---------Cá estaremos também para ajudar, saudando, desde já, a continuidade dos investimentos.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, pelo PSD. Faz favor.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.----------

---------Em relação às moções do Bloco de Esquerda e do PCP, o voto da bancada do PSD é, na generalidade, contra pois, como sabemos, os estudos apontam para que, atualmente, o custo do resgate da concessão seja muito superior ao da renegociação do contrato. Não podemos também deixar de notar que as duas moções quase que se esquecem que o Partido Socialista, durante doze anos, agravou drasticamente o *dossier* da água, empurrando sempre e sempre a sua resolução para a frente.----------

---------Existem algumas questões nas moções que o PSD tem uma posição favorável, como a tarifa social e o natural reporte das informações da Câmara para a Assembleia Municipal sobre as negociações, mas, no restante, o nosso posicionamento é contra.----------

---------Os saltos para a frente e para trás dados pelo Partido Socialista no *dossier* da água já foram mais do que muitos:----------

---------Em dois mil e dez, o Partido Socialista apresentava como solução a renegociação do contrato. Porque não o fizeram então e optaram pela litigância?----------

---------Em dois mil e dezasseis, a solução para o Partido Socialista era o resgate da concessão. Expliquem lá porque não foram capazes de o fazer?----------

---------Em dois mil e dezassete, a solução para o *dossier* da água passou a ser a aquisição de quarenta e nove por cento do capital da empresa Águas de Barcelos, aprovaram até o mecanismo de financiamento da operação. Porque é que não foram capazes de o fazer?----------

---------O Partido Socialista de Barcelos vive dias de enorme contradição e depois espantam-se com os resultados das eleições autárquicas.----------

---------Para o Partido Socialista uma atualização de dois ponto quatro por cento no preço da água, imposta pela ERSAR a nível nacional para ajuste à inflação, é muito, mas pagar sete por cento de juros ao ano pela indeminização já é pouco.----------

---------Para o Partido Socialista uma subida de cerca de cinquenta cêntimos na fatura da água de grande parte dos barcelenses é muito dinheiro, mas a subida acentuada que o governo socialista impõe nas faturas do gás, da eletricidade e nas portagens, isso, para eles, já é coisa pouca.----------

---------Para o Partido Socialista subir dois ponto quatro por cento o preço da água em dois mil e vinte e dois é muito, mas subir mais de três os preços no acordo que negociaram e aprovaram em dois mil e dezassete já é pouco.----------

---------Os barcelenses agradecem que se entendam de uma vez por todas!--------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------O senhor deputado Tiago Dias, do BTF.----------

DEPUTADO DO BTF – Tiago Dias – Muito boa noite.----------

---------Cumprimento todos na pessoa do senhor presidente.----------

---------Para quem nos acusa de uma coligação híbrida gostava só de referenciar e esclarecer, acho que é importante, que a coligação tem apenas um único propósito: melhorar as condições de vida dos barcelenses. Acho que esse é deveras o objetivo desta coligação.----------

---------Posto isto, em relação aos partidos que falam de fazermos o resgate da concessão, convém relembrar que existe uma decisão transitada em julgado de cento e setenta e dois milhões de euros mais juros. E existe um estudo em relação a isto que diz que deveríamos pagar duzentos e quarenta e dois milhões. Portanto, isto resolve-se de duas maneiras: entregam um cheque visado neste valor ou então não fazemos nada. Não fazer nada implica ter as contas penhoradas.----------

---------Para além disso, convém lembrar, ou relembrar, que de acordo com os resultados das últimas eleições autárquicas os barcelenses decidiram dar maioria a esta coligação e, portanto, aquilo que pretendem ver é que nós consigamos resolver, de uma vez por todas, da melhor maneira possível esta situação e outras que são importantes para o nosso concelho.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.------

---------O CDS não pode votar favoravelmente na generalidade as moções do Bloco de Esquerda e do PCP por uma simples razão: limitam ambas a resolução do problema da água a uma única via, o resgate da concessão.----------

---------O CDS não quer presentemente limitar essa resolução desse problema a uma única via, até porque nada nos dizem estas moções quanto a ser esta a melhor solução.----------

---------Se o PCP e o Bloco de Esquerda apresentassem a esta casa um estudo em que se demonstrava e garantia que a remunicipalização é a melhor das soluções, em termos de indemnização/custos e serviço prestado aos

barcelenses, então, aí sim, o CDS votaria naturalmente a favor.----------

---------Mas não é isso que fazem, nem sequer querem saber dos custos, apenas são movidos pelo fundamentalismo ideológico do público contra o setor privado.----------

---------Votaríamos favoravelmente o ponto três da moção do PCP e os pontos primeiro e segundo da moção do Bloco de Esquerda porque não vemos aí problemas, são informações solicitadas à Câmara e o incremento da tarifa social da água e saneamento que estamos plenamente de acordo.----------

---------Mas já que falamos na água, o CDS queria aproveitar também o momento para desmentir um artigo de opinião do presidente da concelhia do Partido Socialista, que o CDS contava que fosse a última pessoa que viesse para os jornais falar sobre a questão da água, e mais uma vez tem a necessidade o CDS de vir aqui desmentir aquilo que foi escrito.----------

---------O CDS não votou o contrato, de uma vez por todas, e viremos aqui quantas vezes forem necessárias.----------

---------O CDS não votou o contrato, o contrato foi votado em sede de município. Esta casa nunca votou o contrato. Eu estava cá na altura e nós nesta Assembleia nunca votámos os termos desse contrato. Para que fique claro ao Partido Socialista, uma vez mais, e viremos aqui sempre que for necessário.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Agora do Bloco de Esquerda, o senhor deputado Miguel Martins. Tem a palavra, senhor deputado.----------

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Cumprimentando todas e todos os presentes e os que nos assistem a esta Assembleia via *Web* através da sua pessoa, senhor presidente da Assembleia Municipal.----------

---------O Bloco de Esquerda está solidário com a greve feminista internacional

que, no próximo dia oito de março, irá sair à rua para combater o machismo, o conservadorismo e as ameaças de retrocesso que pairam, assim como para reivindicar a igualdade de direitos, a igualdade do salário e nas oportunidades, pelo fim da precariedade e da violência.----------

---------O Bloco de Esquerda mostra também solidariedade à Ucrânia e ao povo ucraniano face ao momento a que assistimos. Urge restabelecer a paz e parar a agressão militar, fruto dos desígnios imperialistas de Vladimir Putin.----------

---------Também nos devemos demarcar de uma escalada militar imposta pela NATO e pelos Estados Unidos face a um cenário de agravamento de conflito à maneira da Guerra Fria. Travar a guerra de Putin passa por secar a oligarquia que o alimenta financeiramente através de, por exemplo: suspensão e revogação dos vistos *gold*; congelamento e expropriação dos bens dos oligarcas.----------

---------Até agora as sanções europeias e portuguesas revelam, acima de tudo, hipocrisia, pois cedem em toda a linha aos milionários russos.----------

---------O nosso lado só pode ser o da paz e devemos receber de forma solidária todos os que fogem e vão fugir da guerra. Guerra esta que, como em todas as guerras, faz com que os povos sofram e os interesses financeiros arranjem forma de se proteger e rentabilizar a situação.----------

---------Uma vez mais, toda a solidariedade para com o povo ucraniano, mas também para com quem, desde Portugal até à Rússia, sai às ruas em protesto contra a guerra.----------

---------Não à agressão militar, não aos imperialismos, sim à paz!----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------O senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

---------Só uma pequena correção à primeira intervenção do CDS, a proposta de aquisição dos terrenos não foi aprovada por unanimidade, foi aprovada por maioria porque o PCP votou contra.----------

---------Em segundo lugar, falar desta situação da água e dizer o seguinte:----------

---------Não esquecer que a questão do resgate da água foi votada anteriormente, inclusive com os votos favoráveis do BTF. E o que parece que antes era uma grande solução, hoje é acusado de uma grande irresponsabilidade.----------

---------Ora, o Partido Comunista é responsável e é coerente, coisa que o BTF não poderá dizer. Preparou-se hoje nitidamente para justificar a cambalhota que está preparada para fazer.----------

---------E dizer o seguinte:----------

---------Naturalmente que é o PSD quem ganhou as eleições. Mas a legitimidade que o PSD tem sobre esta matéria é reduzida. E é reduzida porquê? Porque o PSD, e a coligação, em campanha eleitoral, recusou-se em dizer o que é que pretendia para este problema da água. Portanto, quem votou no PSD e na coligação não votou forçosamente na solução que eles pretendem arranjar para este problema.----------

---------Vou dizer qual é a solução e mais do que falar para a Assembleia quero falar para as pessoas. O que eles se preparam para fazer, porque os sinais são esses, é prolongar o prazo da concessão, ou seja, aumentar ainda mais o tempo da privatização, respondendo aos interesses, mais uma vez, da concessionária em detrimento dos interesses dos barcelenses.----------

---------O que eles pretendem é aumentar sucessivamente a tarifa do preço da água. Este foi o primeiro, mas isto vai continuar.----------

---------O que eles pretendem é não afastar as cláusulas gravosas que o contrato contém. Não vão defender os interesses dos barcelenses.----------

---------E o que eles pretendem, porque é para vocês que eu estou a falar, já vi que aqui as posições mudam conforme a música, não vale a pena falar para pessoas que dançam conforme a música, é, para além disto tudo, não querem afastar a indemnização que vão ter que pagar. Podem minimizá-la um bocado, mas vão entrar com o dinheiro na mesma. É isto que eles se preparam para fazer.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhora deputada Rita Torre, do Partido Socialista.----------

DEPUTADA DO PS – Rita Torre – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Excelentíssimo Público.----------

---------O Partido Socialista irá votar favoravelmente nos pontos um e dois da moção do Bloco de Esquerda e no ponto três da moção do PCP por considerar ser fundamental que a Assembleia Municipal deve ser informada de todos os passos que o executivo der, ou pretenda dar, para a resolução do problema da concessão da água e saneamento.----------

---------Consideramos ainda que em relação à atribuição da tarifa social da água e saneamento a mesma estava incluída no acordo efetuado pelo anterior executivo.----------

---------Em relação ao ponto três da moção do Bloco de Esquerda e do ponto um da moção do PCP o Partido Socialista abster-se-á na medida em que, apesar do resgate se ter mostrado financeiramente inviável, consideramos que no atual contexto a Câmara Municipal deverá continuar a defender como opção prioritária a de retomar a posse municipal da maior percentagem possível da atual concessão.----------

---------Para terminar, recordamos que quando o PS venceu as eleições em dois

mil e nove a concessionária tinha solicitado ao executivo PSD o aumento do preço da água em trinta e oito por cento, o pagamento de vinte e cinco milhões de euros e o prolongamento da concessão por mais dez anos, o que o PS evitou, bem como os aumentos anuais que este executivo já retomou.----------

---------Obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

---------Chegamos ao final do debate propriamente dito, iríamos fazer agora as votações!----------

---------Há duas moções, uma do Bloco de Esquerda e outra do Partido Comunista, penso que a do Bloco de Esquerda foi a primeira que deu entrada.---

---------Iríamos então votar a moção do Bloco de Esquerda e há aqui uma proposta na mesa, com a anuência do próprio Bloco de Esquerda, de que se vote os pontos um e dois em conjunto e o ponto três separado. Não há mais nenhuma proposta sobre a tipologia de votação da moção do Bloco de Esquerda.----------

---------O ponto um do Bloco de Esquerda diz o seguinte: "*Que a Câmara Municipal, no prazo máximo de trinta dias, apresente a esta Assembleia Municipal o ponto de situação das negociações em curso com a empresa concessionária Águas de Barcelos*".----------

---------O ponto dois do Bloco de Esquerda diz: "*Que a Câmara Municipal, fazendo uso dos mecanismos legais para o efeito nos termos do Decreto-Lei número cento e quarenta e sete/dois mil e dezassete, incremente a atribuição da Tarifa Social da Água e Saneamento*".----------

---------Quem vota a favor destes dois pontos?----------

---------(Cento e treze: quarenta e seis PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, três CH, dois TB, dois CDS-PP, dois BE, um PCP, três IND)----------

---------Quem vota contra?----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovados por unanimidade os pontos um e dois da moção do Bloco de Esquerda.----------

---------Ponto três da moção do Bloco de Esquerda: *"Que a Câmara Municipal diligencie conversações para um acordo de resgate de concessão que permita à autarquia reassumir o serviço público de abastecimento de água e saneamento no concelho de Barcelos"*.----------

---------Quem vota a favor deste ponto?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Quarenta e sete: quarenta e cinco PS, dois TB)----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Sessenta e três: um PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, três CH, dois CDS-PP, três IND)----------

---------Este ponto está rejeitado.----------

---------Assim sendo, vamos passar à votação da moção do Partido Comunista, também com os pontos um e dois agregados e o ponto três separado.----------

---------A moção recomenda à Câmara Municipal:----------

---------*"Ponto um – Que inicie negociações com o governo que vise criar condições favoráveis para a resolução do problema causado pela concessão da distribuição da água e saneamento"*.----------

---------*"Ponto dois – Que inicie negociações com a concessionária que vise o resgate da concessão da distribuição da água e saneamento"*.----------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Quarenta e sete: quarenta e cinco PS, dois TB)----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Sessenta e três: um PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, três CH, dois CDS-PP, três IND)----------

---------Estes pontos estão também rejeitados.----------

---------O ponto três diz: "*Que apresente relatórios, para serem apreciados nas sessões ordinárias, à Assembleia Municipal de Barcelos sobre a estratégia adotada, o desenvolvimento dessas negociações e das propostas apresentadas e discutidas entre as partes*".----------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Cento e dez: quarenta e seis PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, dois TB, dois CDS-PP, dois BE, um PCP, três IND)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três CH)----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está também aprovado.----------

---------Iríamos passar agora ao período de intervenção do público e informo os senhores deputados que não houve ninguém que se tenha inscrito.----------

---------Iríamos passar então ao período da ordem do dia.----------

---------O ponto um: aprovação das atas das sessões de vinte e seis de novembro e dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um.----------

---------Eu aqui coloco à vossa consideração, perguntando se alguém está contra a dispensa da leitura das atas.----------

---------(Ninguém)----------

---------Não havendo ninguém que se oponha, está então dispensada a leitura

das atas.----------

---------Vamos votar em primeiro lugar a ata do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e um!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovada por unanimidade.----------

---------Votação da ata do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um!----

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovada por unanimidade.----------

---------Iríamos passar de imediato para o ponto dois, que é: aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------Como sabem, foi criada uma Comissão Revisora do Regimento, eu tive a oportunidade de apresentar uma chamada proposta de trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal, essa proposta serviu depois de ponto de partida para o debate entre os diversos grupos municipais.----------

---------Eu tenho de agradecer ou de enaltecer, os senhores deputados não estiveram nos debates, que foi interessante a disponibilidade, a abertura de todos os grupos municipais para aquilo que se possa chamar um certo enriquecimento do regimento e fazer algumas coisas que possam ser diferentes, sem prejudicar o regimento que nós temos já de há longos anos e que tem servido para o funcionamento da Assembleia Municipal de Barcelos.----------

---------Caberá aqui falar na introdução do direito de petição, no princípio da

previsibilidade da duração das Assembleias Municipais – vamos lá ver se ele é cumprido –, no princípio da paridade da distribuição dos tempos de intervenção na Assembleia Municipal e também a Assembleia Municipal poder apreciar os relatórios daqueles membros da Assembleia Municipal que estão em organismos externos e que podem trazer ou para a última sessão do ano ou para a primeira sessão do ano seguinte relatórios para serem apreciados, trazer ao conhecimento de todos nós o que se está a passar nesses mesmos organismos.----------

---------Portanto, é uma proposta destas que é submetida à votação, que caberá, mais uma vez, salientar a colaboração de todos os grupos municipais para este trabalho de revisão.----------

---------Assim sendo, pergunto se alguém quer falar sobre este tema.----------

---------Não registando inscrições, iria colocar o novo regimento à votação!--------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade.----------

---------Conforme diz o regimento, ele passa a entrar imediatamente em vigor.---

---------Ponto três: ratificação da adesão do Município de Barcelos à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM.----------

---------Intervenções!----------

---------Não registo intervenções.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade.----------

---------Aproveito para informar que o congresso decorreu no fim de semana passado, o presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais é o senhor presidente da Assembleia Municipal de Gaia, o senhor presidente Albino Almeida, e o Município de Barcelos ficou também com uma vice-presidência na direção da ANAM.----------

---------Ponto quatro: discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte e dois.----------

---------Inscrições, por favor!----------

---------Tem a palavra a senhora deputada Elisabete Silva, do BTF. São três minutos para este tema.----------

DEPUTADA DO BTF – Elisabete Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Presente para deliberação no ponto quatro da ordem do dia a discussão e votação da primeira revisão ao orçamento municipal e opções do plano para dois mil e vinte e dois.----------

---------E, curiosamente ou não, afirmei na minha última intervenção da Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro passado, aquando da discussão do orçamento para dois mil e vinte e dois, "*...para uma desvirtuação dos documentos, visto que o montante da previsão do saldo contabilístico na ordem dos vinte e oito milhões de euros, referente ao ano anterior, e que transitará para dois mil e vinte e dois, não está refletido nestes documentos*".----------

---------Acrescentei ainda "*Este saldo demonstra a incapacidade total na execução de projetos há muitos anos inscritos em sucessivos orçamentos (...) apesar de muitos deles terem financiamento de fundos comunitários, com o*

risco real de perda de muitos milhões de euros pela baixíssima taxa de execução".----------

---------Acrescentei, ainda, que o orçamento "*...assume, e bem, que passará, lá para fevereiro, para uma dotação de cento e dez milhões de euros*".----------

---------Aqui chegados, cá estamos nós a alterar a dotação inicial de oitenta e seis milhões de euros para cerca de cento e dezasseis milhões, pela inclusão do saldo do ano económico de dois mil e vinte e um, em pouco mais de trinta milhões de euros, muito próximo das minhas previsões que foram de vinte e oito milhões de euros.----------

---------Seria bom que me tivesse enganado e que, de facto, os desvios orçamentais apresentados correspondessem a uma receita extraordinária de ganhos económicos ou transferências de investimentos de capital. Mas não. Este saldo deveu-se a uma péssima execução dos programas previstos nas grandes opções do plano de dois mil e vinte e um, nomeadamente projetos financiados pelo "Portugal Vinte Vinte" e outros previstos pelo município financiados pela poupança corrente transitados para despesas de capital.---------

---------Deste modo, foi possível inscrever no plano plurianual de investimentos novos projetos para execução e o reforço de verbas para outros, cujas dotações inscritas inicialmente eram insuficientes, para que desta forma se possa levar por diante tais projetos.----------

---------Assim, estamos certos de que os documentos apresentados reforçam o investimento numa visão estratégica e de medidas estruturantes para o relançamento da economia local e do desenvolvimento do concelho.----------

---------Por tudo quanto aqui foi dito, o BTF, enquanto parceiro da coligação Barcelos Mais Futuro, vota favoravelmente o ponto quatro da ordem do dia, sobre a primeira revisão às grandes opções do plano e orçamento.----------

---------Muito obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

---------Vai falar agora o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de Esquerda.----------

---------Eu ia pedir a atenção de todos os senhores deputados o seguinte:----------

---------Quando o tempo começa a contar há aqui sempre uma *décalage*, eu iria pedir aos serviços, e passar para regra futura, que os senhores deputados têm uma forma de se dirigir à Assembleia – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados –, quando acaba esta mensagem protocolar é que iríamos pôr o tempo a contar. Portanto, a partir de hoje, a partir deste momento, pedia aos serviços de apoio para procederem dessa forma, só quando acabar a saudação protocolar é que começa a contar o tempo. Portanto, a regra será esta a partir de hoje e espero que seja bem-vinda. Já toda a gente me está a dizer que sim, que esses dez ou quinze segundos fazem bem falta. Muito obrigado.----------

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social aqui presente, Público aqui presente e que nos assiste via *Web*.----------

---------No que concerne à primeira revisão orçamental e opções do plano de dois mil e vinte e dois, o Bloco de Esquerda manifesta a sua preocupação face à manutenção de políticas que ignoram setores tão importantes da sociedade e da vida quotidiana – o desporto e a cultura.----------

---------Porquê o não investimento de fundos nestas duas áreas?----------

---------Porquê continuar a ignorar o direito à cultura e ao desporto, que deve ser promovido e acessível a todas e a todos os barcelenses?----------

---------Ano após ano, mandato após mandato, num dos momentos mais

importantes da política do concelho e desta Assembleia, os sucessivos executivos ignoram a cultura e o desporto, acabando que estas duas áreas sejam secundarizadas. Em Barcelos, estas práticas há muito levaram a que a cultura e o desporto estejam presos num estado de estagnação.----------

---------É necessário mudar este paradigma para que, de uma vez por todas, Barcelos seja um concelho promotor da cultura e do desporto entre os seus habitantes, mais que uma necessidade é um dever.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, do Partido Socialista.------

DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Senhor Presidente da Mesa e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, muito boa noite a todos.----------

---------Tal como já foi aqui anteriormente dito, também saúdo o regresso a este auditório, que é o nosso local natural para realizar as Assembleias.----------

---------Em relação a este ponto, muito rapidamente dizer que efetivamente foram afetados cerca de seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil euros e, pelos mapas que aqui temos, cerca de metade para investimentos, três investimentos qui identificados em três freguesias diferentes, são cerca de cento e cinquenta mil euros por cada freguesia, e um milhão de euros para obras, digamos assim, genéricas, parece-me a mim, e dois milhões de euros para reforço, para a aquisição do terreno do novo hospital. O que quer dizer que cerca de metade do valor foi para reforçar despesas correntes, ressaltam aqui um forte acréscimo das despesas com tratamento de resíduos e taxas relativas a isso também, que era interessante depois a Assembleia e eu próprio ser esclarecido sobre a razão desse aumento.----------

---------E, por outro lado, também registar que não obstante todas as críticas pelo facto do Partido Socialista ter deixado aqui quase trinta milhões de euros ou trinta milhões de euros de saldo, e percebendo que só passaram cem dias, portanto em cem dias não se pode fazer tudo, como é óbvio, respeito isso e percebo, mas a verdade é que apenas seis vírgula quatro milhões foram utilizados, o que quer dizer que dezoito milhões vão ficar na mesma disponíveis. Portanto, quer dizer que para já o que temos, numa leitura um bocadinho assim mais genérica, é uma grande concordância com aquilo que transitou da gestão anterior. Mas obviamente daremos o benefício da dúvida e cá estaremos para avaliar em exercícios futuros.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Nélson Brito.-

---------Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.----------

---------A proposta de revisão das grandes opções do plano e orçamento apresentada pelo executivo municipal é vista, pela bancada do PSD, como uma proposta perfeitamente normal, com a inclusão do saldo de gerência que transita do ano anterior para o ano corrente.----------

---------Com esse saldo de gerência, o executivo municipal propõe afetar uma parte do mesmo a um reforço de dotações orçamentais, nomeadamente ao nível:----------

---------Tratamento de resíduos sólidos;----------

---------Transportes escolares;----------

---------Gastos com a iluminação pública.----------

---------Por outro lado, no plano plurianual de investimentos existe um reforço

de verbas para transportes e comunicações e a inscrição de três projetos de investimento ao nível das freguesias, nomeadamente em Vila Cova, Arcozelo e Abade de Neiva.----------

---------A argumentação do Partido Socialista de que fica comprovada, com este elevado saldo de gerência, a eficiência financeira da sua gestão municipal é, no mínimo, surreal. Deixam cerca de vinte e cinco milhões de euros nos cofres pois durante doze anos nunca foram capazes de investir no concelho na concretização de projetos e obras capazes de desenvolver Barcelos e criar melhores condições de vida para os barcelenses. Nunca investiram em projetos capazes de alavancar o crescimento económico do concelho, daí o dinheiro no "cofre".----------

---------Que na prática, sabemos agora que, afinal, o município não tem propriamente dinheiro em numerário nos cofres, mas sim cheques visados, numa operação financeira efetuada pela gestão municipal do Partido Socialista, que é digna de ser apresentada a um aluno do primeiro ano do curso de finanças como um excelente exemplo de uma péssima gestão financeira, de uma gestão financeira digna de ser fortemente chumbada no exame.----------

---------Esta questão dos cheques visados nos cofres do município, aparentemente com medo das penhoras às contas bancárias, demonstra, mais uma vez, que a única e exclusiva preocupação do executivo socialista sempre foi adiar os problemas, nunca foi verdadeiramente os resolver.----------

---------Por outro lado, recordo o parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as contas do município, nomeadamente a Declaração de Impossibilidade de Emissão de Informação Semestral relativa ao ano de dois mil e vinte e um que o Revisor Oficial de Contas emitiu, que nos permite ver, com total nitidez, a falta de aprumo, de rigor e de eficiência com que a gestão municipal do Partido Socialista tratava as contas do município.----------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------O senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, renovo os cumprimentos.----------

---------Quando em dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta casa, discutimos e aprovámos o documento das grandes opções do plano e orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, já aí se colocava a necessidade de, a muito breve prazo, se proceder a uma revisão desse documento.----------

---------O motivo era a existência de um saldo de gerência de vinte e oito milhões de euros, referente ao exercício de dois mil e vinte e um.----------

---------Ora, é precisamente isso o que estamos aqui a discutir no presente ponto.----------

---------Não se pense que a existência de um saldo de tal grandeza seja motivo de orgulho para quem teve responsabilidades no executivo municipal, referimo-nos logicamente ao executivo municipal anterior, do Partido Socialista.----------

---------Conforme já o referimos, o valor exagerado desse saldo significa que em dois mil e vinte e um houve falta de execução de projetos, falta de investimentos e de despesas previstas.----------

---------Se os municípios fossem governados numa lógica comercial, de maximização do lucro, teríamos que reconhecer mérito à gestão do executivo cessante do Partido Socialista.----------

---------Mas como os municípios não são geridos na ótica do lucro, mas sim na ótica de bem gerir os recursos que têm à sua disposição, investindo em políticas públicas a favor dos seus munícipes, então teremos de criticar, pela inação, o

executivo cessante do Partido Socialista.----------

---------Mas voltemos à revisão.----------

---------O CDS irá votar favoravelmente a presente revisão, concordando com o reforço das dotações indicadas, apenas as mais significativas, a saber: tratamento de resíduos sólidos, o valor dos transportes escolares, a dotação relativa à iluminação pública, bem como o reforço da rubrica "Transportes e Comunicações" e a inscrição dos três novos projetos de investimento que já foram aqui referidos.----------

---------O CDS vota favoravelmente esta proposta.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Não tendo mais inscrições, vou dar a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caro Público, Cara Comunicação Social e todos aqueles que nos seguem via *Web*.----------

---------Dar o esclarecimento que foi pedido aqui pelo senhor deputado relativamente ao custo dos resíduos. Dar-lhe conta que efetivamente quando tomámos posse percebemos que houve um aumento brutal nas taxas do tratamento dos resíduos.----------

---------A ERSAR tinha proposto um aumento de quarenta e seis euros por tonelada, que é, pelos vistos, aquilo que se pratica na maior parte das empresas que fazem o tratamento dos resíduos.----------

---------Para a Resulima em concreto esse aumento era na ordem dos trinta e oito euros por tonelada.----------

---------A Câmara Municipal de Barcelos tinha vindo a subsidiar este valor, não fazia o que a recomendação da ERSAR aponta, que é fazer refletir no consumidor, no poluidor, esse custo.----------

---------E como nós demos pública nota em declarações conjuntas dos seis presidentes de Câmara que fazem parte e constituem a Resulima, demos conta que efetivamente era um preço absurdo e absolutamente fora daquilo que era possível nós podermos pedir esse esforço aos munícipes dos nossos diferentes territórios.----------

---------Numa renegociação com a ERSAR conseguimos reduzir esse valor para cerca de vinte e seis ponto quarenta e nove euros/tonelada. E vamos tentar fazer uma subsidiação, e para isso pedimos autorização à ERSAR, no sentido de não sermos afetados, porque há uma norma também na ERSAR, e o executivo anterior sabia-o bem porque fazia parte do conselho de administração, de que não fazendo refletir até noventa por cento do custo ao produtor do lixo final não nos podíamos candidatar a verbas financiadas nessa área. E, portanto, nós pedimos para que isso fosse revisto no sentido de os cofres municipais assumirem a subsidiação de uma parte significativa deste aumento exagerado que a ERSAR colocou.----------

---------Mas também quero dizer, mais adiante, quando for a altura do PDM, farei a minha intervenção mais detalhada sobre a questão da água, ouvi aqui muito disparate seguido e de pessoas com responsabilidade.----------

---------Queria só dizer ao deputado Mário Figueiredo que na política não vale tudo, temos de ser muito sérios.----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é fazer obra!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é resolver o problema da água!-----

---------O que eles querem, senhor deputado e caros barcelenses, é fechar a circular!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é fazer obras no rio que permita que todos os barcelenses possam usufruir do rio!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é eliminar as passagens de nível!---

---------O que eles querem, senhor deputado, é dar oportunidade a todos os barcelenses de terem as mesmas condições que os nossos concelhos vizinhos!---

---------O que eles querem, senhor deputado, é viver melhor em Barcelos! Criar condições para que isso aconteça!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é que haja justiça social!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é encontrar a melhor solução e a melhor solução é toda aquela, e nós na campanha dissemos, que permita fazer a renegociação da água com menores custos para os munícipes e para os barcelenses!----------

---------O que eles querem, senhor deputado, é que na renegociação da água haja a possibilidade de não aumentar o que estava previsto no executivo anterior!----------

---------É isto o que eles querem, senhor deputado!----------

---------A seguir eu irei explicar, ponto por ponto, a questão relativamente à água.----------

---------É tudo.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Encerrada a discussão sobre o ponto quatro, vou colocar à votação!--------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Vinte e nove: vinte e seis PS, dois BE, um PCP)----------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Oitenta e quatro: vinte PS, trinta e três PSD, vinte e um BTF, três CH, dois

TB, dois CDS-PP, três IND)----------

---------Esta proposta foi aprovada com oitenta e quatro votos a favor, zero votos contra e vinte e nove abstenções.----------

---------Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.----------

---------Senhores deputados, eu propunha a discussão conjunta dos pontos cinco e seis da ordem de trabalhos e a votação em separado.----------

---------Ponto cinco: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias do concelho de Barcelos.----------

---------Ponto seis: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município para as Freguesias do concelho de Barcelos.----------

---------Eu não sei se os senhores deputados querem fazer intervenções agregadas ou separadas. Quem quiser fazer agregada, faz agregada; quem quiser fazer separada, faz separada. Quem quiser fazer separado, pode haver por grupo parlamentar duas intervenções.----------

---------Pedia então para fazerem as inscrições!----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia.----------

---------Sobre este assunto, no fundo o conhecido protocolo duzentos por cento, dizer que votarei favoravelmente esta proposta, por entender que o protocolo entre o município e as freguesias é um bom instrumento de desenvolvimento das freguesias, e como consequência do concelho, e é um instrumento que possibilita uma melhor resposta às necessidades das populações, pois atribui às Juntas competências e recursos que permitem essa eficácia.----------

---------Contudo, o critério dos duzentos por cento para atribuição de verbas, mesmo sendo equilibrado, precisa de ser estudado e aperfeiçoado para que este protocolo se torne, também, um instrumento eficaz de combate às assimetrias que existem no nosso concelho. Não podemos ter um concelho a andar a várias velocidades, precisamos reforçar a nossa coesão territorial.--------

---------O pedido para o uso da palavra não se prende necessariamente com aquilo que disse atrás, pois já o fiz várias vezes nesta Assembleia.----------

---------O motivo da minha intervenção é a denúncia do aproveitamento político que alguns políticos colocam na discussão, em matérias importantes para o desenvolvimento do concelho, fazendo tábua rasa dos interesses dos barcelenses, preocupando-se só ou com interesses políticos pessoais ou partidários.----------

---------Tenho aqui comigo a ata número vinte e dois da reunião da Câmara de catorze de outubro de dois mil e vinte, isto é, há pouco mais de um ano.----------

---------Essa ata lavrou que houve uma proposta apresentada sobre a "*atribuição de subsídios às juntas*" pelos proponentes: Mário Constantino, José Novais, Mariana Carvalho e Domingos Pereira.----------

---------Defendiam os proponentes:----------

---------"*Entendem que o executivo municipal terá que introduzir critérios claros, transparentes, de equidade, de coesão territorial e de compensação, na atribuição de subsídios, para que todos os presidentes de junta possam saber previamente com o que contam e de que forma a Câmara Municipal irá colaborar, mas, sobretudo, para que o desenvolvimento do concelho possa ser mais justo e mais equilibrado*".----------

---------E continuam:----------

---------"*A atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia terá que ser alterada, sob pena de estarmos a dividir o concelho e a promover o seu desenvolvimento a*

duas velocidades".----------

---------Plenamente de acordo, mas onde estão, hoje, estas preocupações vertidas nesta proposta? Foram esquecidas.----------

---------E dizem:----------

---------"*Que as transferências financeiras ao abrigo do "Protocolo de duzentos por cento" para dois mil e vinte e um seja aumentado em mais um FFF, ou seja, passando de duzentos para trezentos por cento*".----------

---------Esta proposta, de há pouco mais de um ano, foi votada favoravelmente pelo Mário Constantino, Carlos Reis, Odete Araújo, António Ribeiro, Domingos Pereira e José Pereira.----------

---------É uma proposta que merece análise, mas onde é que está ela hoje refletida na proposta apresentada? Foi esquecida. Afinal, na política, até vale tudo. E afinal nós continuamos sem saber o que eles querem.----------

---------Esta mudança de posição não foi motivada pelo reconhecimento de uma má posição política passada, mas sim pelo uma habilidade política. São as habilidades políticas que desacreditam a política e afastam os cidadãos das decisões coletivas, fragilizando por essa via a nossa democracia.----------

---------Pergunto ao senhor presidente Mário Constantino, ao senhor vice-presidente Domingos Pereira, aos senhores vereadores Carlos Reis, Mariana Carvalho e António Ribeiro se não acham que iludiram os presidentes de junta, se não é devido um pedido de desculpa aos presidentes de junta, à Assembleia Municipal e aos barcelenses pela proposta que apresentam, que contraria tudo que antes defendiam quando estavam na oposição.----------

---------Afinal vale tudo e afinal não sei o que é que vocês defendem.----------

---------Resta, por isso, aos deputados salvarem a honra da coligação e aquilo que têm que fazer era o que faziam no passado, abster-se nesta votação para que a coligação não seja de facto uma coligação de cambalhotas.----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo.----------

---------Pedia à senhora deputada Catarina Duarte, do Partido Socialista, para intervir.----------

DEPUTADA DO PS – Catarina Duarte – Cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa;----------

---------Cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores;----------

---------Cumprimentos às Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia;----------

---------Senhoras e Senhores Deputados, Caros Barcelenses aqui presentes e os que nos acompanham via *Web*, boa noite.----------

---------O protocolo, em boa hora implementado pelo Partido Socialista, conhecido como protocolo dos duzentos por cento, foi sem dúvida uma mais-valia para as juntas de freguesia e respetivas populações, permitindo uma resposta imediata a muitos problemas que, outrora, demoravam tempo desnecessário.----------

---------Medida inovadora a nível nacional, é de extrema importância ser mantida e reforçada, sobretudo numa altura em que o próprio governo central reconhece os efeitos positivos do modelo de descentralização.----------

---------Descentralização essa que deve ser acompanhada de recursos técnicos e financeiros, de forma a abarcar cada vez mais as várias áreas de competência municipal.----------

---------Em nosso entender é preocupante a falta de clareza do executivo com as uniões e juntas de freguesia. A coligação prometeu o reforço do protocolo dos duzentos por cento para aquilo a que apelidaram de modelo dos trezentos por

cento, reforçando em mais um FFF as verbas para todas as uniões e juntas de freguesia, bem como a definição de critérios para a atribuição de subsídios. Não é hoje claro qual o modelo seguido.----------

---------Sabemos que a primeira reunião de atribuição de subsídios foi o exemplo contrário de tudo aquilo que tinha sido defendido até então. Uma imagem nunca vista em doze anos de gestão do Partido Socialista, subsídios sem critérios e direcionados de forma discriminatória entre juntas da coligação, juntas independentes e juntas do Partido Socialista. A legislação nesta matéria tem evoluído bastante e sustenta, cada vez mais, que este tipo de ação poderá esbarrar em instâncias de fiscalização.----------

---------Estas dúvidas não podem pairar, para dignificar a relação entre a Câmara Municipal e as juntas, reforçando a transparência e o tratamento equitativo entre todos os barcelenses.----------

---------Estaremos atentos ao evoluir desta relação Câmara/freguesias e agiremos em conformidade.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Padrão, do Partido Social Democrata. Faz favor.----------

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Membros da Assembleia Eleitos, Público, Senhores Jornalistas.----------

---------Sobre os pontos cinco e seis da ordem de trabalhos, ao abrigo da Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, sobre a transferência de competência dos municípios para as freguesias acompanhado pelo respetivo pacote financeiro, este executivo apresenta-nos a proposta agora em discussão.----------

---------Não é um documento novo, pois este modelo já vigora desde o mandato

do anterior executivo municipal e foi aprovado nesta Assembleia Municipal.----------O atual executivo introduziu novos elementos ao documento, que no meu entender o torna mais ambicioso e desafiante para as juntas de freguesia. Ambicioso porque temos mais verbas para gerir. Desafiante porque implica um melhor planeamento para aplicação das verbas. Permitam-me destacar a palavra planeamento, palavra-chave na política.----------O executivo cumpre assim a sua promessa eleitoral de aumento das verbas atribuídas às juntas de freguesia.----------Na ausência de orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, o executivo aplicará a fórmula sobre os valores vigentes, com os habituais pagamentos trimestrais, mas com a promessa de que, existindo orçamento de Estado aprovado, fará o respetivo acerto com retroativos desde janeiro.----------Senhor Mário Figueiredo, peço-lhe que vá somando e fique atento aos números, porque os números são teimosos.----------Vamos analisar a proposta que a coligação apresenta:----------Sessenta por cento via governo central;----------Cento e quarenta por cento mais cinquenta por cento, que dá cento e noventa por cento do município, através do contrato interadministrativo, sendo que pelo menos cinquenta por cento serão obrigatoriamente para investimento, com a novidade que poderemos planear obras estruturantes e canalizar as verbas para um investimento total ou repartido pelos quatro anos.----------Assim, através de um eficiente planeamento podemos gerir essa verba autonomamente.----------O executivo reserva ainda uma verba extra (que poderá andar entre os cinquenta e os cem por cento) para atribuir de uma forma equitativa pelas freguesias para corrigir assimetrias, onde serão prioritárias obras como: alargamento de cemitérios, casas mortuárias, sedes de junta e acabar com ruas

de acesso a habitações em terra batida.----------

---------Meus caros, os números são teimosos, esta fórmula aqui apresentada traduz um aumento efetivo e inequívoco das verbas atribuídas às juntas de freguesia.----------

---------No mínimo receberemos duzentos e cinquenta por cento, que em alguns casos poderão ultrapassar os trezentos por cento.----------

---------Temos também a indicação da parte do executivo de que este processo não é estanque, pelo contrário, será dinâmico ao longo dos anos, sendo constantemente monitorizado, e em parceria com as juntas de freguesia, sempre que seja necessário será revisto e ajustado.----------

---------Este executivo faz assim um esforço financeiro e coloca na gestão dos executivos de freguesia uma parte substancial do orçamento municipal para aplicarmos nas nossas freguesias.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, demais Eleitos, Público e a todos aqueles que assistem via *Web*.----------

---------O Chega vota a favor da transparência de recursos e delegações de competências já assumidas nestes protocolos.----------

---------Mas o Chega lembra que qualquer transferência para o poder local é sempre aceitável, pois independentemente da sua cor política todos são barcelenses.----------

---------Analisando esta delegação de competências, parece-nos pouquinho, se acreditamos claramente na escolha dos cidadãos deveremos aceitar que as

juntas de freguesia devem ter sobre a sua tutela bem mais do que aquilo que a Câmara lhes entrega, reconhecendo o esforço já efetuado.----------

---------A política de proximidade é para o Chega uma prioridade, sendo que quanto mais perto estamos de cada cidadão mais rapidamente podemos ajudar ou solucionar as suas necessidades ou problemas.----------

---------Para nós as juntas de freguesia não podem ser meros locais de promoção política do município ou contra ele.----------

---------Serão sempre locais de suporte e apoio a qualquer barcelense que precise do poder local para auxílio ou até mesmo para resolução dos seus problemas.----------

---------A política é feita para resolver os problemas das pessoas, não para promover algumas delas.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereação, Caros Colegas.----------

---------Não tínhamos programado fazer intervenção nestes dois pontos mas, perante aquilo que o senhor deputado do Partido Comunista aqui disse, sentimo-nos na necessidade de vir repor a verdade.----------

---------Senhor deputado Mário Figueiredo, nós, não é de agora, vamos votar favoravelmente estes dois pontos. Já anteriormente, no último ano, no mandato do Partido Socialista, votámos favoravelmente. E o chamado protocolo dos duzentos por cento também votávamos favoravelmente.----------

---------Portanto, aquilo que o senhor aqui afirmou, e para que fique em ata, o CDS votou favoravelmente. Aquilo que o senhor disse aqui é mentira.----------

---------Muito obrigado.----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Não tenho mais inscrições dos grupos municipais, faz favor, senhor presidente da Câmara.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado.----------

---------Renovo os cumprimentos à Mesa, aos Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia.----------

---------Só dois esclarecimentos muito rapidamente.----------

---------O deputado Mário Figueiredo começou muito bem quando leu o que nós tínhamos proposto em sede de reunião de Câmara e continuou muito bem quando disse que concordava com o que nós fizemos. Só que depois resvalou, precipitou-se e saiu da linha. Isto porquê?----------

---------Eu já tive a oportunidade de ter uma reunião com os senhores presidentes de junta e explicar-lhes o nosso modelo com transparência, com rigor e com planificação. E o que lhes disse foi o seguinte:----------

---------Iríamos manter os duzentos por cento como está aqui absolutamente expresso nesta proposta e depois poderiam começar a pensar, a planear e a colocar até no seu orçamento anual cinquenta por cento para investimento. Porquê? Porque entendemos que efetivamente é justo e é a melhor forma que com rigor e exigência se possa dizer aos senhores presidentes de junta que podem contar com cinquenta por cento do FFF para investimento. Os outros cinquenta por cento guardamo-los por uma razão muito simples: para equilibrar o que nos últimos anos aconteceu de assimetrias e de atribuição de subsídios de uma forma completamente discricionária. E sabe perfeitamente que nós temos esse registo, de quanto é que foi transferido nos últimos anos para cada freguesia. E, portanto, nós temos que fazer aqui assim alguma correção para que todos tenham o mesmo patamar de desenvolvimento e para que todos

possam usufruir da mesma realidade.----------

---------Portanto, efetivamente a nossa proposta é aumentar e efetivamente aumentamos, disso não há dúvidas.----------

---------Um apontamento:----------

---------À senhora deputada Catarina Duarte para lhe dizer que não temos qualquer temor relativamente a qualquer ameaça de enviar para fiscalização de qualquer entidade. Sabe porquê? Porque nós queremos rigor, porque nós queremos exigência. E é isso que nós iremos fazer com os senhores presidentes de junta, um contrato de execução que diga: "Esta verba é para esta obra, para aquela obra, para aqueloutra obra, conforme as suas pretensões". E isto é introduzir rigor, exigência, previsibilidade e planificação na gestão municipal. E é isso que iremos fazer.----------

---------Portanto, essas ameaças de recurso para as fiscalizações, nós estamos aqui a dar a cara, estamos perfeitamente à vontade relativamente a essas situações.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos passar à votação em separado do ponto cinco e ponto seis!---------

---------Ponto cinco: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias do concelho de Barcelos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade.----------

---------Ponto seis: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município para as Freguesias do concelho de Barcelos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Também aprovado por unanimidade.----------

---------Vamos passar ao ponto sete da ordem de trabalhos: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia desde um de maio de dois mil e dezanove.----------

---------Alguém se inscreve sobre este ponto?----------

---------Não registo inscrições, vou passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Seis: três CH, dois BE, um PCP)----------

---------Este ponto também está aprovado por maioria com seis abstenções.-------

---------Ponto oito: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para a aceitação das competências previstas no Decreto-Lei número cinquenta e cinco/dois mil e vinte, de doze de agosto (Ação Social), para o dia um de janeiro de dois mil e vinte e três, à luz do número cinco do artigo vinte e quatro do aludido diploma.----------

---------Inscrições sobre este ponto!----------

---------Senhor deputado Miguel Martins, faz favor de usar da palavra.----------

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Cumprimento todas e todos os presentes e os que assistem via *Web* através da sua pessoa, senhor presidente da

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal.----------

---------Desde o início do processo de transferência de competências, que se encontram na administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e paras as entidades intermunicipais, que o Bloco de Esquerda se posicionou contra.----------

---------No que concerne a descentralizações de competências, o Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade segundo o qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar.--------

---------A tal acresce a democraticidade – o órgão tem que ser escrutinado pelas populações, eleito por sufrágio universal.----------

---------Ora o processo que foi aprovado, esta descentralização de competências que não é mais do que um processo de municipalização, pela sua configuração legal ignora o princípio da subsidiariedade.----------

---------Este processo agrava as assimetrias regionais, comprometendo a universalidade e a igualdade no acesso das populações aos serviços prestados nas várias áreas a transferir. Existe uma diferenciação que resulta das opções locais no exercício das competências, algo que a nosso ver não pode acontecer.-

---------Senhoras e senhores deputados, o processo de descentralização em curso promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a educação, a saúde ou a cultura.----------

---------Ao já referido, acrescem ainda outros problemas, nomeadamente possíveis conflitos de competências na gestão das pessoas e dos recursos técnicos, abrindo portas à concessão de serviços essenciais a empresas privadas ou empresas municipalizadas que, sem fiscalização rigorosa, poderão levar à degradação dos serviços. É a transformação dos municípios em repartições administrativas de políticas nacionais.----------

---------Senhoras e senhores deputados, o Bloco de Esquerda compreende a

proposta de prorrogação do prazo para a aceitação de competências mas, por uma questão de princípio, pelo que foi referido, votaremos contra.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Miguel Martins.----------

---------Não registo mais nenhuma inscrição, iríamos passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Dois BE)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Este ponto está aprovado com dois votos contra.----------

---------Ponto nove: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo de revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos.----------

---------Inscrições, por favor!----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Nos anos noventa a importância dos planos de ordenamento municipal era por de mais evidente face ao caos urbanístico das décadas anteriores e à ausência de regras sensatas e coerentes para o desenvolvimento dos municípios, cujos autarcas, na sua maioria, sabiam tanto de planeamento e de ordenamento do território como de física quântica.----------

---------Mas afinal para que serve ou qual o objetivo de um PDM?----------

---------Encontrei uma definição interessante num *site* brasileiro que passo a citar obviamente com sotaque português:----------

---------"*O objetivo do PDM é orientar as ações do poder público visando*

compatibilizar os interesses da população e garantir de forma justa os benefícios da urbanização, os princípios da reforma urbana, o direito à cidade e à cidadania, à gestão democrática da cidade.----------

---------*Podemos dizer que um PDM serve para impedir o desvario, mas também é necessário para assegurar o bem-estar geral, de modo a preservar o meio ambiente, promover qualidade de vida da população e garantir desenvolvimento urbano sustentável.*----------

--------*Um PDM não pode é servir para recusar o que não se quer, por puro acinte, e ser alterado, caso se pretenda construir uma coisa qualquer*".----------

---------Aqui bem perto há uns anos, não se construiu o Centro Materno-Infantil do Norte, com o argumento de que violava o PDM, e, em fim de mandato, construiu-se uma obra com inconformidades ao PDM em vigor, apontadas e evidenciadas pela própria CCDR-N. O certo é que o Aquário foi inaugurado sem ter as necessárias licenças.----------

---------É preciso assumir que o PDM é um instrumento vinculativo de gestão territorial para o concelho. Ele determina a classificação e uso do solo, bem como as regras relativas à sua ocupação e estabelece as diretrizes para o desenvolvimento do município.----------

---------Quando falamos de PDM, com a sua linguagem densa, os termos técnicos complicados, os mapas, os gráficos e os números pouco intuitivos, para uma parte significativa dos cidadãos, estamos a falar de potencial de edificabilidade. Ou seja, para o senso comum PDM resume-se a saber se dá ou não para construir.----------

---------Por isso é necessário desmistificar, explicar o racional do PDM, do qual se espera que garanta uma gestão urbanística mais célere e eficaz, mais transparente, simplificada e mais flexível.----------

---------Espera-se que o PDM ateste um ordenamento do território mais

sustentável contemplando também uma estrutura ecológica municipal, proteção contra o ruído e mitigação de riscos naturais.----------

---------Estes esclarecimentos e transparência são essenciais para termos uma comunidade mais próspera, mais esclarecida e menos suscetível às ambiguidades que são fruta da época sempre que há mexidas no PDM.----------

---------obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra a senhora deputada Rosa Macedo, do PSD.----------

DEPUTADA DO PSD – Rosa Macedo – Boa noite.----------

---------Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caríssimos Deputados Municipais, Público aqui presente e que nos acompanha via *Web* e Comunicação Social.----------

---------Os debates políticos e públicos em volta dos Planos Diretores Municipais são de extrema importância para os municípios e seus munícipes, na medida em que definem os vetores de orientação do sistema organizacional e de dinâmicas dos territórios.----------

---------As estratégias deliberadas nos procedimentos de revisões dos Planos Diretores Municipais tanto podem apoiar e permitir o correto desenvolvimento dos territórios com a consequente captação de estruturas de desenvolvimento territorial ou população residente e laboral, como em contrapartida se sedimentados de forma errada ter o poder de desertificar territórios e retirar desenvolvimento económico e público aos municípios.----------

---------Assim, e não obstante o alargamento dos prazos para a entrega da revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos, lamentamos que um processo que teve início legal em dois mil e quinze só no final do ano de dois mil e dezanove teve a atenção do anterior executivo.----------

---------Lamentamos que o atual executivo tenha de realizar em quatro meses o que não foi feito pelo anterior executivo em dois anos.----------

---------Lamentamos que no passado dia vinte e cinco de janeiro, na sessão de esclarecimentos realizada para os membros da Assembleia sobre a alteração da Lei dos Solos e Revisão do Plano Diretor Municipal, para além de não termos tido presença de elementos do Partido Socialista, os presidentes de junta e elementos da Assembleia ficassem espantados como se estivessem a ouvir pela primeira vez falar sobre este assunto e a sua aplicabilidade.----------

---------Lamentamos, também, que presidentes de junta, elementos da Assembleia Municipal, ex-autarcas com responsabilidades nestas matérias, técnicos, promotores e munícipes não tenham sido devidamente ouvidos e envolvidos na constituição de um plano com esta importância que pode no momento ser um instrumento legal que contrariará aspirações e projetos dos barcelenses de serem levados a efeito só porque não lhe deram a importância devida.----------

---------Obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

---------Senhor deputado José Maria Cardoso, tem a palavra.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

---------Na sua pessoa, se me permite, cumprimento todos os presentes, porque já o fiz anteriormente.----------

---------PDM.----------

---------Já nas várias intervenções que me antecederam se percebeu que o PDM pode ser facilmente defendido como pode ser facilmente diria que pejorativo sob o ponto de vista das suas intenções ou daquilo que possa ter como um facto de intencional.----------

---------Mas convenhamos, os PDM's são fundamentais, são estruturais. Mal de

nós se não tivéssemos PDM e mal de nós quando não tínhamos PDM, e veja-se o que é que se fez em tantos nossos concelhos de uma forma perfeitamente arbitrária, sem qualquer controlo.----------

---------Portanto, os PDM's podem ser tendenciosos, mas são fundamentais como documento estruturante para o desenvolvimento e para a harmonia daquilo que pode ser permitido ou não dentro de um concelho, independentemente por vezes poder ser exagerado neste ou naquele aspeto.---

---------Este ponto de partida deve merecer da nossa parte uma atenção especial sobre quando falamos do PDM e daquilo que está implícito na possível e na hipotética revisão.----------

---------É uma revisão que realmente deveria ter iniciado em dois mil e quinze, mas acaba por ser apresentado o procedimento de revisão em dois mil e dezanove, para terminar durante um período de doze meses, portanto, aí seria em dois mil e vinte. Nós estamos neste momento a solicitar uma prorrogação para dois mil e vinte e quatro. É verdade que há aqui por meio, intermédio, um período pandémico que nos trouxe um conjunto de alterações e que por si só provou a suspensão de muito daquilo que estava ou poderia estar em curso. Mas estamos a falar num retardar de tempo que é importante ter em atenção as implicações que possa ter e naquilo que possa adulterar como perspetiva diferente e nova que é necessário introduzir no PDM.----------

---------E sobre isto queria dizer uma questão que me parece importante em relação ao documento que aqui nos é apresentado nesta revisão. A informação técnica é muito válida, não ponho a menor dúvida, fundamental até para suportar aquilo que é a opção política, mas nós enquanto Assembleia Municipal temos que ter uma opção política, temos que ter uma visão política do PDM. E dentro dessa perspetiva não podemos entrar num lado de que nos parece que é assim, temos que ter a certeza se é ou não. E, por isso, o novo regime, o RJIGT, é

muito taxativo nesse aspeto, no artigo setenta e seis, no ponto seis e no ponto sete, define que o prazo só pode ser prorrogado uma única vez. Define, por exemplo, que o incumprimento determina a caducidade do procedimento que pode levar à suspensão de candidaturas a processos concursais, nomeadamente a fundos comunitários e nacionais.----------

---------Nesta perspetiva, tem que haver aqui um cuidado redobrado sobre aquilo que pode estar implícito. E quando se diz, na alínea a) do documento, "*O reinício do procedimento de revisão…*", eu pergunto: o que é que quer dizer este reinício? Quer dizer recomeçar? Retomar? Ou quer dizer começar de novo? Fazer de novo? É que ele entra em contradição com a alínea c).----------

---------Só uma questão última, e já agora um apelo, é que todas estas situações, e peço desculpa não ter desenvolvido como pretendia, mas todas estas situações têm que estar e devem estar muito relacionadas com a plataforma do SIG…----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Não há mais inscrições, tem a palavra o senhor presidente da Câmara para encerrar o debate. Faz favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Caros Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público, Comunicação Social.----------

---------A preocupação que o deputado José Maria Cardoso aqui trouxe é também a nossa preocupação. Efetivamente estamos perante uma situação que nos aflige.----------

---------Por isso, em boa hora solicitámos ao senhor presidente da Assembleia Municipal que promovesse uma sessão de esclarecimento relativamente a esta matéria.----------

---------Porque quando tomámos posse em dezoito de outubro fomos confrontados com uma realidade de que nós teríamos até ao dia oito de março que fazer a entrega do Plano Diretor Municipal ou a proposta por parte da Câmara.----------

---------E havia e houve, e por isso é que eu deixei para este ponto falar sobre a água, uma preocupação evidente.----------

---------A alteração da Lei dos Solos obriga que, cumulativamente, existam quatro requisitos fundamentais para que as áreas de construção possam ser observadas e a rede de água e saneamento são determinantes.----------

---------Ao olhar para o mapa que estava a ser trabalhado pelos técnicos do município percebe-se de uma forma muito clara e muito evidente que há uma zona do nosso território, uma mancha significativa a norte do concelho e algumas manchas na zona sul do concelho, que iriam ficar fora dessas áreas, íamos perder significativamente área de construção. E isso preocupa-nos.---------

---------Numa reunião na CCDR, onde com a senhora presidente Luísa Salgueiro e o secretário-geral Soalheiro, eu e o senhor vice-presidente colocámos a questão de municípios como o nosso, que estavam agora a entrar, que teríamos muito pouco tempo para efetivamente dar algum *apport* que pudesse melhorar de uma forma significativa a proposta que estava a ser trabalhada.----------

---------Foi-nos dito que todas as soluções tinham sido encontradas. E, por exemplo, o senhor presidente da Câmara de Aveiro disse que teve quatro anos para preparar o Plano Diretor Municipal, a senhora presidente da Associação Nacional de Municípios disse que teve seis anos para o fazer. E efetivamente Barcelos começou no final de dois mil e dezanove e nós temos quatro meses para podermos fazer algumas correções.----------

---------E aqui entra a questão da água que é uma questão muito sensível. E eu lamento profundamente que pessoas com responsabilidade, e refiro-me

concretamente ao anterior presidente da Câmara e ao anterior presidente da Assembleia Municipal, que tratem este tema com a leviandade que têm tratado.----------

---------O senhor presidente da Câmara que me antecedeu, numa reunião privada da Câmara Municipal, pediu-nos reserva, recato, discrição, e em plena campanha eleitoral nós tivemos recato, discrição e compreensão. Porquê? Porque somos responsáveis. Porquê? Porque é uma situação muito delicada e muito sensível, ao ponto de quando chegámos ao município a Câmara não tinha o dinheiro no banco. A Câmara não tinha dinheiro no banco e sabem porquê? Porque tinha em cheques visados nos cofres do município. Com a gravidade que isto tem! E porquê? Porque sabia que a todo o momento podia cair uma execução nas contas da Câmara prejudicando salários e fornecedores. E isto é verdade, é factual. Eu não vou fazer aqui demagogia. Isto é factual.----------

---------E é factual mais três coisas:----------

---------É factual que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, em dois mil e dezasseis, aprovaram o resgate;----------

---------É factual que, em dois mil e dezassete, aprovaram a aquisição de quarenta e nove por cento da concessão;----------

---------E é factual também que, em maio de dois mil e vinte e um, a Câmara não conseguiu que os privados fizessem e de alguma maneira concretizassem, efetivassem esse acordo sem pedir responsabilidades a ninguém.----------

---------Quando nós chegámos pedimos aos advogados da Câmara, que foram contratados pelo executivo anterior, que nos dissessem o que é que se passou; se a Câmara efetivamente não conseguiu executar ou realizar o acordo; de quem é a responsabilidade, se é do executivo, se é do município ou se é dos privados. Alguém tem que ser responsável por isso. Ou andaram aqui a brincar este tempo todo? Temos que saber. Temos que apurar responsabilidades.--------

---------Mais há mais. No acordo de dois mil e dezassete a Câmara comprometia-se, a partir de dois mil e dezoito, a aumentar o preço da água em três por cento, que agora dizem que é um exagero dois ponto quatro que é a atualização.--------

---------E mais, tinham uma taxa fixa para saneamento de três euros. Isto quer dizer que era um aumento efetivo seis vezes superior, no mínimo, ao que agora foi feito.----------

---------Mas pior do que isto, nesse acordo também acontecia que a Câmara Municipal e os munícipes de Barcelos teriam alguma dificuldade em ver que o concelho estivesse todo coberto de água e saneamento. Água provavelmente sim, saneamento provavelmente não. Dezanove freguesias, e repito, dezanove freguesias do nosso concelho estavam fora desse programa. E isto sob o beneplácito do executivo.----------

---------E mais, pior do que isto, mandaram fazer um estudo, como aqui foi dito já, e muito bem, para ver se o resgate era possível e era mais favorável ou não. E o resultado do estudo que foi encomendado pelo executivo anterior, não por nós, apontou para números absolutamente exorbitantes. É disto que estamos a falar. Portanto, sejamos sérios.----------

---------Nós traremos aqui, ao contrário do que o senhor deputado Mário Figueiredo disse, a nossa estratégia.----------

---------E mais do que isso, e iremos envolver todos. Porquê? Porque é um assunto que preocupa todos.----------

---------Só para terminar...----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, tem de terminar, esgotou o tempo. Senhor presidente, vou tirar-lhe a palavra, é assim com todos os membros. Eu pedia-lhe que respeitasse a Assembleia e a minha autoridade. Tenho que o fazer, faço isso com todos os membros. Conclui depois a sua ideia noutro ponto se desejar.----------

---------Senhor deputado, pretende defender a honra em que aspeto? Em que aspeto foi ofendido na sua honra?----------

---------Muito bem, dou a palavra ao senhor deputado Miguel Costa Gomes.-------

DEPUTADO DO PS – Miguel Costa Gomes – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caro Público e um cumprimento especial para quem nos acompanha via *Web*.----------

---------Eu tenho evitado de vir aqui porque estou a querer a acompanhar com seriedade aquilo que é feito. E, senhor presidente, deixe-me dizer-lhe, isto é um conselho que lhe dou, tenha mais calma a falar, não se enerve, não vale a pena enervar-se.----------

---------Agora o que o senhor veio aqui dizer, o senhor até confunde a CCDR com a Associação Nacional de Municípios, porque a Luísa Salgueiro é a presidente da Associação Nacional de Municípios, o Soalheiro é o secretário-geral, não tem nada a ver com a CCDR, e o senhor disse que na CCDR teve uma reunião, não precisa de me explicar, e é para lhe dizer que a revisão que estava preparada do PDM estava quase concluída.----------

---------E também dizer-lhe que no acordo que havia com as Águas, e o senhor insiste nisso, os senhores podem ter as opções que eu respeitarei porque são opções políticas, mas enquanto o senhor diz que no acordo eu tinha três por cento de aumento, o senhor aumentou dois vírgula quatro, mas no passado eu fui confrontado com trinta e oito por cento de aumento, que é uma coisa completamente diferente.----------

---------Entretanto o senhor esquece-se de um pormenor, é que precisamente na revisão do PDM estava acordado com a CCDR o acordo integrar precisamente aquilo que estava como plano de investimento da concessão que os senhores

não fizerem em dois mil e cinco, atenção, aquilo que não estava no plano inicial do contrato. E, portanto, o que estava ali no acordo era um aumento da cobertura da rede de saneamento de sessenta e dois por cento para oitenta por cento. Era isto que estava previsto.----------

---------Os senhores querem alterar o PDM, ou querem a prorrogação, tudo bem, pacífico, mas têm que assumir a coisa. E preciso também que me garanta aqui, pelo menos a mim e ao Partido Socialista, que não vai haver consequências dos quadros comunitários, porque vai haver consequências dos quadros comunitários pelo menos durante os dois anos de atraso. Isso é certinho. Eu só quero que o senhor me garanta aqui a dizer que o município não vai ser prejudicado no acesso ao vinte trinta.----------

---------Senhor presidente, dizer-lhe que o senhor muitas vezes usou o pedido de transparência, de lealdade, que em política não vale tudo, e eu penso a mesma coisa, em política não vale tudo, mas agora parece que para o senhor virou tudo ao contrário, vale tudo. Peço-lhe, pelo menos pode discordar, mas respeite opções políticas discordando naturalmente porque não temos forçosamente que estar de acordo, e não confunda as duas coisas. Portanto, só para lhe dizer que o senhor veio aqui tentar dizer que o que estava feito no passado estava mal feito, que falou aos advogados para saber de quem era a responsabilidade... explicaram-lhe naturalmente de certeza e se o senhor quer ser transparente dirá a esta Assembleia o que é que os advogados lhe disserem, porque é que o acordo não foi para a frente. Não foi responsabilidade do município nem do presidente da Câmara.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor presidente da Câmara, pretende dar explicações?----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu estou sereno, senhor deputado. Não confunda

convicção, firmeza, com nervosismo. Não estou nervoso, sabe porquê? Porque a razão dá-nos confiança, dá-nos firmeza.----------

---------Mas quero-lhe dizer que eu não me enganei, foi na CCDR mesmo. E foi com a Associação Nacional de Municípios também. Portanto, não houve engano nenhum. Não percebeu à primeira, mas eu explico-lhe com calma e tranquilidade. Foi na CCDR com o pessoal também da Associação Nacional de Municípios.----------

---------E há outra coisa que disse que não corresponde totalmente à verdade. No primeiro acordo havia uma previsão de saneamento de setenta e cinco ponto oito e vocês, e bem, quiseram aumentar para oitenta e tal por cento de cobertura de saneamento, e bem. Nós queremos ir ainda mais além. E nesse sentido, também nessa reunião, propus, não só eu, mas também outros colegas da CIM Cávado, que houvesse a possibilidade e a abertura da ERSAR para que fosse contemplada a rede móvel de saneamento, que é uma prática que é utilizada na Europa central e que é aceite, que é normal que assim aconteça, por todas as entidades do ambiente. Porquê? Porque é mais equilibrado e tem as mesmas repercussões em termos ambientais que a rede normal.----------

---------E aqui é o ponto que há pouco não consegui concluir, que o senhor presidente não deixou, mas que agora vou concluir, que tem a ver com uma situação que ainda é mais gravosa no meu ponto de vista naturalmente. E as opções políticas de cada um, e nós tivemos o sentido de responsabilidade de viabilizar as suas propostas, e viabilizámo-las porque entendemos que este problema tem que ser resolvido e não adianta empurrar com a barriga para a frente, importa é resolver o problema, mas dizia eu então a situação mais grave é que efetivamente quando nós chegámos ao executivo não havia nenhuma perspetiva de linha de negociação, em lado nenhum. E há, como sabe, uma providência cautelar que de alguma maneira dificulta qualquer tipo de acordo.

O que é que nós queremos? Igualar as armas. O que é que nós queremos? Igualar as partes. Como é que se consegue fazer isso? Tentar que haja pelo menos, já não digo a extinção, mas pelo menos a suspensão da execução, porque senão nós estamos a negociar com uma mochila às costas de duzentos e doze milhões de euros. É verdade, isto é verdade.----------

---------Aliás, o senhor vereador Horácio Barra, na entrevista que dá esta semana, diz isto, claramente, eu tenho isto, posso mostrar para lerem. O senhor vereador disse que negociar em condições difíceis é mais prejudicial e nós tivemos sempre o cuidado, o bom senso e o sentido de responsabilidade de tratar isto com alguma delicadeza. E ao contrário do que diz o deputado Mário Figueiredo, quer em dois mil e dezassete, quer em dois mil e vinte e um eu disse ao que vinha, disse que ia tentar, pegando no acordo que já tinha sido alinhavado, tentar melhorar. Melhorar em dois sentidos: dando menos prejuízo ao município e dando mais folga aos munícipes.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Senhor Vereador Carlos Reis, o tempo da Câmara, neste ponto, está esgotado. Poderá falar noutro ponto, dar um esclarecimento ou use outra figura. Eu pedia que me ajudasse, as grelhas estão distribuídas, os tempos estão distribuídos, estou no ponto da revisão do Plano Diretor Municipal... Eu se abro uma exceção vai ser permitido em todas as Assembleias pedidos de esclarecimento. Nós temos outro ponto, na informação escrita do presidente da Câmara, para falar. Eu pelo desculpa, mas não consigo conceder. E queria dizer o seguinte aqui a toda a Assembleia:----------

---------Há umas grelhas de tempos que estão aprovadas, há grelhas de tempos para cumprir, eu não estou aqui por livre arbítrio a aplicar as regras, estou a aplicar as regras que estão acordadas entre todos os senhores deputados. Portanto, quando chega ao fim o tempo, eu tenho que tomar uma posição, não

é porque me lembrei. Peço desculpa, eu não posso fazer de outra maneira, mandataram-me para fazer desta forma. Eu peço ao senhor vereador que faça o esclarecimento de outra forma, sob a forma de intervenção não consigo fazer esta prestação. As grelhas estão aprovadas, os tempos estão distribuídos, a tolerância é de quinze segundos que estou a dar, já meti um inciso para a parte protocolar não contar no tempo e é assim que vou continuar até ao final, a não ser que em conferência de líderes queiram aprovar uma regra diferente e eu aplicarei outra regra. Mas esta foi aquela que me mandataram e peço-vos para me ajudarem a cumprir.----------

---------Íamos passar à votação do ponto nove!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Esta proposta foi aprovada por maioria com três abstenções.----------

---------Agradeço ao vereador Carlos Reis, sem desrespeitar o regimento, que prestou na mesma o esclarecimento *a latere* e certamente foi profícuo.----------

---------Ponto dez: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos.----------

---------Inscrições sobre este ponto!----------

---------Faz favor, senhor deputado Miguel Durães.----------

DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público hoje aqui presente e que nos segue via *Web*, boa noite.----------

---------A organização dos serviços do município de Barcelos, determinada por

decisão do órgão executivo, e sufragada pela Assembleia Municipal, motivou a elaboração, aprovação e publicação de uma nova estrutura, assim como de um novo regulamento orgânico, através de um aviso e posterior publicação em Diário da República.----------

---------Tal circunstância motivou, por imperativo legal, a criação de um novo modelo organizacional.----------

---------Importa pois, no estrito cumprimento da lei, proceder em conformidade, alterando o mapa de pessoal do município, prevendo nas novas unidades orgânicas os novos postos dirigentes e bem assim os novos postos de trabalho cuja afetação é necessária ao regular funcionamento dos departamentos, divisões e gabinetes, e ainda prever os postos necessários à eficiência dos mesmos.----------

---------Concomitantemente, a previsão ainda de pessoal não docente, necessário à manutenção da concretização da transferência de competências em matéria de educação.----------

---------Ora, muito bem, a nossa bancada parlamentar regista com muito orgulho, regozijo e satisfação a lisura, o humanismo e a transparência com que esta alteração do mapa de pessoal foi feita, sendo que consideramos que é o momento de lembrar e registar alguns momentos, posições e decisões que consideramos ser fundamentais neste assunto.----------

---------Este é o executivo que logo na primeira semana em que iniciou funções reuniu de forma aberta, honesta e transparente com todos os funcionários do município.----------

---------Este é o executivo que alcançou o acordo coletivo de emprego público (ACEP) com o Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais (STAL), uma pretensão antiga dos trabalhadores.----------

---------Este é o executivo que implementou o subsídio de salubridade, mais uma

pretensão dos trabalhadores que o PS nunca resolveu.----------

---------Este é o executivo municipal que regularizou nos seus primeiros cem dias de mandato algo que o anterior executivo deixou por favor – o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública (SIADAP) dos funcionários do município no último biénio.----------

---------E mais, é o executivo municipal que já garantiu a formação necessária sobre o SIADAP para os dirigentes de forma a que, uma vez mais, se respeite e se valorize o mérito, a competência, a progressão de carreiras, respeitando os trabalhadores – todos sem exceção – com aqueles que são os seus direitos, liberdades e garantias.----------

---------Ou seja, este é o executivo que uma vez mais cumpre um dos seus compromissos eleitorais: tratar e respeitar com dignidade os funcionários do município.----------

---------Tenho dito.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Nélson Brito, faz favor.----------

DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Muito boa noite.----------

---------Cumprimentando o senhor presidente, cumprimento todos os presentes.----------

---------É muito rápido, vou tomar muito pouco tempo.----------

---------Em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Durães, queria só dizer que apresentou aqui, enfim, com grande orgulho, e bem, acho muito bem, tratar as pessoas com dignidade, etc., etc., nada de novo. Por isso, os cem dias em relação aos outros quatro mil dias e aos dias antes desses quatro mil dias presumo que, em relação a isso, não tenha sido nada de muito novo. Mas eu percebo que precise de encorpar mais a mensagem.----------

---------Em relação ao mapa de pessoal propriamente dito, mais uma vez em

jeito de pergunta e de pedido de esclarecimento ao senhor presidente, porque posso estar a interpretar mal o mapa como é evidente, também não sou muito especialista na matéria, não tenho nenhum problema em, humildemente, reconhecer isso, mas aqui na previsão de recrutamento de pessoas temos a previsão de recrutar trezentas e oitenta e seis pessoas. Ou seja, começando com mil, duzentos e setenta e seis trabalhadores, terminar o ano com mil, setecentos e noventa e três, é um aumento muito substancial do número de pessoas que está aqui previsto. E, no fundo, perguntar: porquê?----------

---------Por outro lado, perguntar se há algum estudo de impacto financeiro e económico nas contas do município porque imagino que os custos com pessoal, com recursos humanos possam aumentar de uma forma muito significativa. Portanto, é essa a pergunta que deixo.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Nélson Brito.-

---------Mais inscrições?----------

---------Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

---------Não quero deixar realmente de felicitar o executivo pelo acordo que fez com o STAL, com os trabalhadores, o acordo do ACEP, o acordo de empresa. Tive a possibilidade de falar com os representantes dos trabalhadores, eles ficaram satisfeitos, portanto, nada dizer e a verdade exige-me que eu venha cá dizer isto.----------

---------Mas dizer outra coisa, a questão do subsídio de penosidade – corrigir aquilo que foi dito pelo senhor deputado Miguel Durães – não foi implementado pelo PSD. Isto emana do orçamento do Estado de dois mil e vinte e um, sob proposta do Partido Comunista Português. Aquilo que é pedido pelos trabalhadores é que esse subsídio seja pago retroativamente desde um de

janeiro de dois mil e vinte e um. É assim que as coisas são.----------

---------Mas há outras exigências que os trabalhadores fazem: que é o pagamento da opção gestionária e é o pagamento das horas de trabalho suplementar que até existia uma providência cautelar no tribunal colocada pelo STAL. Que são exigências que os trabalhadores têm, são os seus direitos, e que era bom que esta Câmara os resolvesse e os satisfizesse.----------

---------E há outra coisa que eu também tenho que deixar claro. O senhor deputado Miguel Durães chegou aqui, quis pôr uma medalha ao peito, dizer a forma excelente como o PSD está a tratar os trabalhadores como se isso fosse uma virtude. Não é uma virtude. Isto é a exigência normal de uma relação entre uma entidade patronal e os seus trabalhadores. É tratar os trabalhadores com dignidade. Isto não é uma benesse nem é uma tolerância. É uma exigência porque as relações laborais assim o exige que os trabalhadores sejam tratados com dignidade. Portanto, não há medalhas ao peito por dizer "nós até tratámos bem os trabalhadores". Não.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo.----------

---------Não há mais inscrições, vou dar a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, na sua pessoa, cumprimento todos.----------

---------Só rapidamente dar a resposta ao senhor deputado Nélson Brito. Obviamente como disse, e bem, é uma previsão. Nós temos muito provavelmente até ao final do ano, através da delegação de competências que o governo passará para as autarquias, a incorporação na saúde e na ação social de alguns funcionários, não sabemos ao certo quantos são. E também temos a questão da educação que ainda não estão previstos para atualização do número

de funcionários que serão precisos para as escolas para o próximo ano letivo. Portanto, temos aqui no quadro do pessoal uma previsão alargada porque não sabemos em concreto ainda neste momento qual é o número de funcionários que irá transitar para o município.----------

---------Uma vez sem exceção, concordar com o Mário Figueiredo, não é medalha nenhuma, é um dever, é uma prática absolutamente normal tratar bem toda a gente e, por maioria de razão, os trabalhadores do município.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos então passar à votação do ponto dez!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Esta proposta está aprovada por maioria com três abstenções.----------

---------Ponto onze: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal referente à composição dos júris de recrutamento e seleção dos cargos de direção intermédia de primeiro, segundo e terceiro graus, a prover na autarquia.----------

---------Inscrições!----------

---------Não havendo ninguém, vou passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Está aprovada também por maioria com três abstenções.----------

---------Ponto doze: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Teresa Cristina Gonçalves

Vieira Martins, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos.----------

---------Alguém se inscreve?----------

---------Não registo inscrições, vou passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Está também aprovada por maioria com três abstenções.----------

---------Ponto treze: discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício destinado a "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural", regularização da sua atividade, sito na Rua Quinta do Sol, freguesia de Fornelos.-

---------Alguém quer falar sobre este tema?----------

---------Não há inscrições, vou passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Está também aprovada por maioria com três abstenções.----------

---------Aqui sobre o ponto catorze, que é apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano dois mil e vinte e um, há aqui um certo desencontro com a senhora presidente que mostrou disponibilidade atendendo à importância deste tema, da CPCJ, de vir à Assembleia Municipal prestar esclarecimentos durante cerca de cinco minutos. Eu não sei se fazemos a apreciação do relatório ou então deixaríamos isto para uma próxima Assembleia, para então com dignidade da ordem de trabalhos ouvirmos a

senhora presidente, porque é um tema que importa a todos em termos concelhios, acho que era uma boa metodologia assim procedermos.----------

---------Alguém tem algo em contrário para que este ponto transite para a próxima sessão?----------

---------(Ninguém)----------

---------Por unanimidade, passará para a próxima sessão.----------

---------Ponto quinze: apreciação da Informação semestral sobre a situação económico-financeira da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos.----------

---------Inscrições sobre este ponto!----------

---------Senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD, faz favor.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.----------

---------A EMEC possui uma vasta comunidade educativa, composta por alunos, professores, funcionários, que tem vivido num constante clima de risco e incerteza elevada quanto ao seu futuro, muito derivado dos graves problemas financeiros que a empresa enfrenta e que se têm acentuado drasticamente nos últimos anos.----------

---------A informação financeira relativa ao primeiro semestre do exercício económico de dois mil e vinte e um, evidencia, uma vez mais, um desempenho económico e financeiro bastante negativo. A liquidez, solvabilidade e rentabilidade da empresa, para além de serem bastante insatisfatórias, nos últimos anos, têm vindo num trajetória bastante descendente e preocupante. Os capitais próprios da empresa continuam a ser cada vez mais negativos, continuando assim a colocar em causa o artigo trigésimo quinto do Código das Sociedades Comerciais e a sobrevivência da empresa. O relatório do revisor oficial de contas, relativamente à informação financeira do primeiro semestre

de dois mil e vinte e um, espelha ainda falhas procedimentais ao nível da gestão da empresa que são preocupantes e que não deveriam ter ocorrido.----------

---------A reestruturação financeira da empresa prometida pelo Partido Socialista nunca foi uma realidade.----------

---------Por último, existe algo que o PSD gostaria de deixar bem claro. O PSD não pretende, nem nunca pretendeu, fechar a EMEC. Até porque foi numa gestão municipal do PSD que a empresa nasceu. O que o PSD pretende em relação à EMEC é tornar a empresa mais dinâmica, atrativa para a captação de mais alunos e ajustar a sua estratégia, para se conseguir melhorar significativamente o desempenho económico e financeiro da empresa. Será, seguramente, esse o desígnio do novo conselho de administração da empresa.----------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Não tenho mais inscrições, este ponto não tem votação, é só apreciação.-

---------Passamos ao ponto seguinte e último da ordem de trabalhos, ponto dezasseis: apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

---------Eu não gostava de terminar esta Assembleia Municipal sem ter de facto algum esclarecimento sobre o que pensa efetivamente a coligação e a Câmara Municipal de Barcelos sobre a questão da água, porque não são claros.----------

---------O senhor presidente disse há bocado que aquilo que defende é o melhor para os barcelenses. Mau era se assim não fosse. Mas isto, concordará comigo, que pouco ou nada diz. Mas deixa-me preocupado, sabe porquê? Porque aquilo, em dois mil e cinco, que foi bom para os barcelenses, foi a concessão da água

para si e deu no resultado que deu. Portanto, a sua conceção do bom para os barcelenses preocupa-me.----------

---------E atendendo às acusações que eu fiz à Câmara, daquilo que os sinais me vão mostrando, eu gostava que você me esclarecesse, a Câmara Municipal de Barcelos e o senhor presidente, qual é a estratégia da Câmara Municipal de Barcelos e qual é o objetivo que pretende alcançar neste assunto e nestas negociações. Qual é o objetivo? O que é que pretende realmente? Pode depois até não alcançar esse objetivo, mas qual é o objetivo que quer?----------

---------E a outra, gostava se me pode ou não dar garantias aqui que afasta totalmente o alargamento do prazo da concessão. E se me pode também garantir aqui, a mim não tanto, mas aos barcelenses, se afasta também os aumentos sucessivos das tarifas, que é aquilo que se avizinha. Isto eu gostava de ver esclarecido.----------

---------Outro assunto, para terminar mesmo, porque numa intervenção anterior, isto é a informação escrita da atividade da Câmara, quer se goste ou não, porque os conteúdos da minha intervenção sou eu que defino, não são vocês, eu quero dizer o seguinte:----------

---------É ou não é verdade que o protocolo hoje apresentado é duzentos por cento e não trezentos como defendiam na oposição? Cento e quarenta mais sessenta.----------

---------Aquilo que dizem ou poderá ser, se em política as promessas e os compromissos já pouco valem, o que poderá ser não vale nada. E no fundo o que fizeram com os tais cinquenta por cento é aquilo que o Partido Socialista deixava em aberto aquela alínea f), acho eu, que era caso as freguesias apresentassem projetos a Câmara ali estava para apoiar. E vocês criticavam isso. Porque diziam que era uma janela aberta que o Partido Socialista tinha. Portanto, eu falei a verdade. Vocês defendiam trezentos por cento na oposição

e aqui apresentaram duzentos por cento.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

---------Novamente, na sua pessoa, cumprimento todo os presentes, como já fiz anteriormente.----------

---------De uma forma muito objetiva gostaria de levantar três questões concretas sobre esta informação escrita que nos é feito reporte.----------

---------Página onze, diz assim: "*Foi aprovada a minuta do acordo de colaboração entre o Município de Barcelos e a Santa Casa da Misericórdia de Barcelos relativo à cedência de instalações no edifício Rainha Santa Isabel, para o Centro de Vacinação Covid-dezanove*".----------

---------Gostava de ser esclarecido por parte do senhor presidente, se assim o entender, os termos em que foi feito este acordo de colaboração e do que é que resulta enquanto responsabilidade da autarquia. Isto porque, como sabe, até deu azo e tratou-se de uma altercação política, quanto a mim inusitada, entre o senhor presidente e um jornal local, e que tem tido alguma repercussão sob uma perspetiva política daquilo que é ou não as implicações inerentes a este acordo. Gostava de ser esclarecido até porque já foi dito algumas vezes que há um espaço público que estaria pronto para instalar esta infraestrutura, e gostava no fundo que fosse esclarecido, não só eu, os barcelenses, neste caso concreto por via indireta naturalmente.----------

---------Página catorze, "*Modernização Administrativa e Recursos Humanos*". Gostava de colocar uma questão, já trouxe aqui anteriormente e voltava a trazer, exatamente no sentido de que tinha a ver a propósito do que há bocado falávamos, nomeadamente sobre o PDM. Qual é o papel que está destinado ou o instrumento que eu considero ser fundamental na estruturação territorial,

que é a plataforma digital do Sistema de Informações Geográfica, o SIG? Considero que esta mapeação a uma escala local, simultaneamente regional e até de âmbito nacional enquanto correlação de espaços e territórios e coesão desses mesmos territórios, de que forma é que a Câmara Municipal, e atendendo ao facto de ser uma modernização administrativa, é objetivo potencializar este instrumento e esta capacidade até de informação para melhores situações que possam ser tomadas sob um ponto de vista político e de executivo.----------

---------Por fim, página trinta e três, fala sobre "*...imposição de obrigações de serviço público aos operadores de transporte de passageiros*". Tenho tido muita preocupação sobre estas questões porque dizem respeito, em grande medida, a muitos alunos do nosso concelho que são transportados por estes operadores. Já numa data anterior várias vezes levantei aqui esta questão, parece-me importante ter uma atenção redobrada sobre o modo como os alunos, não só os alunos, os passageiros de uma forma geral, mas neste caso concreto em relação aos alunos, que são os grandes utentes deste serviço, são transportados e a forma de segurança que está criada para que esse transporte efetivo seja uma preocupação para a própria autarquia, não permitindo que haja determinado tipo de situações de abuso que têm existido com habitualidade.----

---------Por fim, saber qual é a utilização do PART e dos dinheiros do PART para esta mesma situação.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Não há mais inscrições, dou a palavra ao senhor presidente da Câmara para concluir a resposta a este último ponto. Faz favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Renovo os cumprimentos a todos.----------

---------Responder ao senhor deputado Miguel Costa Gomes, que há pouco não

referi, relativamente à questão dos fundos comunitários.----------

---------Obviamente que não estão, por esse motivo, em risco qualquer candidaturas a fundos comunitários. Está em risco uma coisa que o executivo anterior deixou passar, que, em dois mil e dezanove, saiu o PNPOT, como sabe, e o executivo anterior nada fez. E nesse PNPOT Barcelos foi desconsiderado. Porquê? Porque deixou de ser uma zona urbana. Nós vamos levar na próxima reunião de Câmara uma carta dirigida ao senhor presidente da República, ao senhor primeiro-ministro, ao senhor presidente da CCDR, no sentido de que revertam essa posição e que efetivamente considerem, a par de Braga, Guimarães e Famalicão, Barcelos como um zona que pode ser e pode recorrer aos fundos através do PEDU, que não estavam previstos no PNPOT que saiu esse mapa em dois mil e dezanove, houve discussão pública e a Câmara não se pronunciou no tempo devido. E nós vamos tentar levar isto também à CIM do Cávado para que todos juntos, e os municípios da CIM foram solidários com Barcelos, e a própria CCDR também entende que há aqui algum desfasamento, e Barcelos terá que ficar efetivamente com a possibilidade de recorrer aos fundos PEDU. Portanto, essa situação está garantida até porque nós vamos cumprir o prazo, que é oito de março, para entrega da primeira proposta de revisão do PDM. O que nós trouxemos hoje aqui foi efetivamente uma salvaguarda e essa salvaguarda permite que nós possamos, no caso de não conseguir a CCDR marcar a reunião até ao dia trinta e um de março, como é de lei, nós possamos aproveitar todo o trabalho que foi desenvolvido.----------

---------Respondendo ao deputado Mário Figueiredo, quero-lhe dizer que no dia vinte e seis de setembro fui mandatado de uma forma expressiva para resolver o problema da água e muitos outros que eu aqui já referi. E irei apresentar, já vos disse, toda a negociação que fizermos. Agora, como sabe, e também já disse, não adianta muito estarmos a fazer demagogia e especulação quando não

existe ainda uma entidade para podermos negociar com certeza e com firmeza. Isto porquê? Porque houve uma venda, como é do vosso conhecimento, da Play Water a uma nova empresa que foi contestada em tribunal. É previsível que durante o mês de março haja uma decisão e aí sim nós sabemos quem é o *player* que queremos discutir. Nós temos ideias, naturalmente. Agora precisamos saber da outra parte quem é que vai discutir. Posso-lhe afiançar desde já que reunimos com todos os *players* que estão no momento em condições de poderem ser e de todos eles há uma abertura para chegarmos a entendimento. Posso-lhe adiantar também que existem quatro pressupostos que são sempre considerados numa qualquer negociação: a indemnização, o tarifário, o período da concessão e as nossas linhas vermelhas que têm a ver naturalmente com o reequilíbrio financeiro, não mais para o futuro, e com o mínimo de investimento que a Câmara possa fazer em termos indemnizatórios. Fazemos sim investimento em termos de obra. Porquê? Porque queremos alargar o leque de freguesias que possam chegar em termos de resolução de rede de água e saneamento.----------

---------Quanto à questão que colocou também da comparticipação das juntas de freguesia, a breve prazo vai ver, eu já lhe expliquei isso mas tenho que o repetir para ficar de uma forma clara e inequívoca.----------

---------Nós fizemos os duzentos por cento, é um facto. Mas iremos fazer através dos contratos de execução porque, ao contrário, e até respondendo agora com mais propriedade à deputada Catarina Duarte, nós trouxemos hoje aqui todos os subsídios que foram atribuídos desde dois mil e dezanove exatamente para protegermo-nos a todos, porque era obrigatório vir à aprovação da Assembleia Municipal. E fizemo-lo agora para que tudo ficasse dentro do rigor, dentro da exigência e dentro das possibilidades de fiscalização que a deputada queria tanto referir.----------

---------Ainda bem que o senhor deputado José Maria Cardoso traz à baila esta questão do centro de vacinação, porque efetivamente foi aqui objeto de alguma desinformação por parte de uma comunicação social que tem esta simpatia para com a Câmara Municipal de ver sempre as coisas ao contrário.----------

---------Quando nós chegámos à Câmara e quando eu tomei posse não havia centro de vacinação, os barcelenses iam ser vacinados a Esposende. Era esta a realidade. E Barcelos, num período crítico de importância para o reforço da terceira dose da vacina, ficou um mês e meio sem vacinação. E nós fomos ver vários espaços e aquele espaço que nos pareceu a nós e à ACES de Barcelos mais rápido para dar resposta às necessidades da vacinação foi aquele espaço que já tinha sido equacionado pelo executivo anterior. E nós conseguimos dessa forma que, num espaço de um mês, Barcelos recuperasse de tal forma que hoje está no quinto lugar a nível nacional em termos de eficiência de vacinação. É verdade, senhor deputado Miguel Costa Gomes. É verdade. Eu sei que não é uma competência da Câmara, é um grande trabalho do ACES. Mas quero com isto significar que o espaço é adequado e permite essa eficácia. Se não fosse adequado não permitia essa eficácia. Como todos os espaços que existiram a nível nacional houve momentos de maior pressão e aí também, e ainda bem que o senhor deputado Miguel Costa Gomes refere que não é competência da Câmara, nem é um trabalho da Câmara, mas é do ACES, o atraso ou as filas não têm a ver com a Câmara, tem a ver com as marcações que foram feitas. Efetivamente nós ainda colocámos mais dois espaços à disposição do ACES, o Estádio Municipal Cidade de Barcelos, a bancada sul, e o ACES entendeu que não fazia sentido por dois motivos: primeiro, porque o espaço que está a ser usado era adequado; segundo, porque a previsão é que até ao final do mês de junho houvesse um aliviar dessa pressão. É o que está a acontecer.----------

---------Relativamente ao SIG, é evidente que a georreferenciação é

absolutamente decisiva no planeamento e na gestão. Está sob o departamento do urbanismo para efetivamente ajudar a desenvolver as políticas que são necessárias para o urbanismo e para o planeamento.----------

---------Quanto à questão dos transportes públicos, não sei se o senhor vereador quer dar resposta... eu envio-lhe a resposta por escrito.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Terminamos também o ponto dezasseis.----------

---------Colocava agora à consideração dos senhores deputados o seguinte:--------

---------Vou propor a votação da ata em minuta para dar execução imediata às deliberações tomadas.----------

---------Quem vota contra a aprovação da ata em minuta?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade.----------

---------Não temos mais pontos, resta-me agradecer a todos a vossa colaboração para o bom funcionamento da Assembleia e declarar encerrada a sessão.---------

---------Muito boa noite a todos.----------

---------A sessão terminou às zero horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois.----------

---------Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Fernando Santos Pereira

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

---------Apensa-se a esta ata a Declaração de Voto do PCP atinente aos Votos de Solidariedade apresentados pela Coligação Barcelos Mais Futuro e Partido Chega e que se encontram reproduzidos nas páginas dez, onze e doze.----------

---------Apensa-se a esta ata a Moção do BE intitulada "*A água como bem vital de serviço público*", constituída por três páginas, cuja referência é feita nas páginas vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete e vinte oito e a votação encontra-se inserta nas páginas quarenta e quarenta e um.----------

---------Apensa-se a esta ata a Moção do PCP subordinada ao tema "*Em defesa da água pública*", constituída por duas páginas, cuja referência é feita nas páginas vinte e oito, vinte e nove e trinta e a votação encontra-se inserta nas páginas quarenta e um e quarenta e dois.----------

ÍNDICE

Ata nº 4 de 25 de fevereiro de 2022

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
06	Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel dos Santos Fonseca
08	Voto de Pesar pelo falecimento de Domingos de Castro Barbosa Maciel
10	Voto de Solidariedade da Coligação Barcelos Mais Futuro
11	Voto de Solidariedade do CH
15	Período de antes da ordem do dia
42	Período da ordem do dia
42	Aprovação das atas das sessões de 26 de novembro e 16 de dezembro de 2021 (1º Ponto)
43	Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal (2º Ponto)
44	Ratificação da adesão do Município de Barcelos à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM (3º Ponto)
45	Discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de 2022 (4º Ponto)
55	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias do concelho de Barcelos (5º Ponto)
55	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município para as Freguesias do concelho de Barcelos (6º Ponto)
65	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia desde 1 de maio de 2019 (7º Ponto)
65	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para a aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (Ação Social), para o dia 1 de janeiro de 2023, à luz do n.º 5 do artigo 24.º do aludido diploma (8º Ponto)
67	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo de revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos (9º Ponto)
80	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos (10º Ponto)
85	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal referente à composição dos júris de recrutamento e seleção dos cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus, a prover na autarquia (11º Ponto)

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

85	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos (12º Ponto)
86	Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício destinado a "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural", regularização da sua atividade, sito na Rua Quinta do Sol, freguesia de Fornelos (13º Ponto)
86	Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano 2021 (14º Ponto)
87	Apreciação da Informação semestral sobre a situação económico-financeira da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos (15º Ponto)
88	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município (16º Ponto)
95	Aprovação da ata em minuta

Partido Comunista Português

Declaração de voto

Declaração de voto em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa.

O Partido Comunista Português expressa a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia.

Salienta que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.

O Partido Comunista Português afirma o necessário e urgente aliviar das tensões e do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial.

Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança colectiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.

Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações à do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português actue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.

Barcelos, 25 de Fevereiro de 2021

Aprovado por unanimidade os pontos 1 e 2
- Rejeitado por maioria o ponto 3

Bloco de Esquerda

15 FEV. 2022

Assembleia Municipal de Barcelos 25. fevereiro. 2022

MOÇÃO

A água como bem vital de serviço público

O serviço de água e saneamento de Barcelos foi concessionado em 2005 por 30 anos, à empresa Águas de Barcelos, constituída para o efeito pela Somague Ambiente, detentora de 75 por cento do capital, e pela construtora ABB, com os restantes 25 por cento. Desde 2005, a gestão e a relação entre a concessionária, Águas de Barcelos, e o concedente, Município de Barcelos, nunca foi a que deveria ter sido, pois os resultados de consumo observados nunca corresponderam aos consumos esperados constantes do contrato de concessão.

A concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento de Barcelos a entidades privadas pela governação autárquica PSD revelou-se, desde sempre, um ato de má gestão financeira com consequências nefastas para os munícipes. O contrato, para além de estar blindado com preceitos de articulado, é leonino na medida em que os prejuízos serão sempre imputados ao concedente. Mesmo que a água não saia da torneira ou que não haja tantos consumidores quantos o calculado, a empresa continua a lucrar, pois se o consumo baixar o município é chamado a pagar a diferença.

Logo no primeiro ano de concessão, a diferença entre o consumo previsto e consumo efetivo foi de 24,4% (102 para 126 litros per capita/diário) e ao fim de cinco anos o consumo de água dos utentes de Barcelos era inferior em mais de metade ao estipulado no contrato, a partir do estudo de caso-base. Feitas as contas, verificou-se uma quebra de 50,1 por cento do consumo contratualizado – de 141 litros per capita/diário de consumo previsto para um consumo médio real de 70 litros. Em valores de consumo total a diferença foi entre 24.912.247 m^3 e 12.429.493 m^3.

Como consequência, a empresa Águas de Barcelos, para reaver os lucros associados ao consumo contratado, exigiu ao município – agora já sob a liderança PS - o pagamento da diferença requerendo, em 2010, a constituição de tribunal arbitral para que fosse reposto o «equilíbrio económico-financeiro» da concessão.

Em resultado deste processo, o Município de Barcelos foi condenado a pagar à empresa, no imediato, o equivalente a cerca de metade do seu orçamento anual – 36,4 milhões de euros. A fatura total para o município ascenderia a 221 milhões de euros, a pagar até 2035.

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Barcelos 25. fevereiro. 2022

Depois de vários enlaces e desenlaces negociais e de sucessivos recursos apresentados pela autarquia, em 2017, por decisão do Tribunal Constitucional, o município vê confirmada a decisão de indemnizar a Águas de Barcelos.

Em 2015, a autarquia fez aprovar em reunião de executivo e de Assembleia Municipal um acordo de princípio para o resgate da concessão por 87 milhões de euros, para logo de seguida (2017) mudar de estratégia e optar por um acordo extrajudicial de aquisição de 49 por cento do capital da Águas de Barcelos, por 59 milhões de euros. Assim, a autarquia assume a dívida, mas fica sem poder de decisão na empresa.

Todas estas operações, sendo elas de interesse público, foram feitas com um manto de secretismo e sob a outorga de "carta branca" atribuída ao Presidente da Câmara que chamou a si a negociação de todo o processo. Passaram-se 12 anos de promessas sem a concretização de qualquer compromisso.

Para completar todo o intrincado cenário, em 2019, adensa-se o nevoeiro com a Somague Ambiente (detida pela Sacyr Servicios, detentora de 45 por cento do capital da Águas de Barcelos, e pela Hidurbe, detentora de 30 por cento do mesmo capital) havia sido adquirida por um fundo de capital de risco e, desse modo, a estrutura acionista da Águas de Barcelos correspondente a 75 por cento do capital da concessionária, passou a ser detida pela empresa Plainwater, que por sua vez é detida a 100 por cento pela Azuladicional, da qual a Sacyr Servicios é acionista em vinte por cento do capital.

Sabe-se agora que o PSD, como partido líder de uma híbrida coligação que retomou o poder da gestão autárquica, pretende reaproximar-se da empresa concessionária começando por aprovar um aumento de tarifário para de seguida, muito provavelmente, propor a prorrogação do período de tempo de concessão.

Para além de toda a opacidade dos acordos e negociações, esta concessão comprovou há muito que o modelo de privatização dos serviços de água e saneamento de Barcelos trouxe consequências danosas a todos os utentes, aos munícipes, às finanças públicas locais e, por inerência, nacionais.

A opção de manter a concessão, manifestada pelo PSD, para além de perpetuar uma irresponsável gestão dos fundos públicos como até agora se revelou, assenta num propósito preservo de apologia do consumo, legitimo no mundo empresarial, que não se compadece com a lógica ambiental e de preservação de um bem vital, que é obrigatoriamente a de consumir menos para conservar mais.

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Barcelos 25. fevereiro. 2022

Num momento em que o combate às alterações climáticas e a adaptação a um estado de seca severa e extrema como é notório no nosso país, exige de todos nós um contributo decisivo para um racional consumo de água. Num momento em que muitas famílias se encontram em situação de carência económica e vivem com imensas dificuldades para cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, exige-se a automatização da Tarifa Social da Água – usando os mesmos critérios da Tarifa Social da Energia, no nosso concelho podem ser beneficiadas cerca de 8.000 agregados familiares

O BE Barcelos, como sempre disse, defende a remunicipalização total dos serviços de abastecimento de água e saneamento e, mais uma vez, exprime esse firme propósito até porque faz parte da nossa matriz de identidade política considerar que *a água não é uma mercadoria a comercializar, mas sim um bem público que só pode ser gerido por entidades públicas.*

Atendendo aos considerandos expostos, o Grupo Municipal do BE propõe à Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, que, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere o seguinte:

1. Que a Câmara Municipal, no prazo máximo de trinta dias, apresente a esta Assembleia Municipal o ponto de situação das negociações em curso com a empresa concessionária Águas de Barcelos;

2. Que a Câmara Municipal, fazendo uso dos mecanismos legais para o efeito nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017, incremente a atribuição da Tarifa Social da Água e Saneamento;

3. Que a Câmara Municipal, diligencie conversações para um acordo de resgate de concessão que permita à autarquia reassumir o serviço público de abastecimento de água e saneamento no concelho de Barcelos.

Barcelos, 22 de fevereiro de 2022

Os deputados municipais do BE

José Maria Cardoso

Miguel Afonso Martins

- Rejeitados por maioria os pontos 1 e 2
- Aprovado por maioria o ponto 3

23 FEV. 2022
Nº P.º

Partido Comunista Português

MOÇÃO

Em defesa da água pública

A água é um bem fundamental à vida.

O acesso à água não poderá estar refém de interesses privados, submetido à lógica do lucro.

A concessão da distribuição da água e saneamento no Concelho de Barcelos foi uma decisão errada do PSD, vertida num contrato com cláusulas gravosas para os interesses dos barcelenses, que cria sérios constrangimentos à governação do Município pela indemnização a pagar e cria obstáculos no acesso à água pela população.

A exorbitância dos valores cobrados pela concessionária pela ligação à rede pública de água e saneamento, os sucessivos pedidos de aumento da tarifa da água geraram e geram um grande descontentamento popular manifestado em vários momentos.

Em 2009, na derrota histórica do PSD nas eleições autárquicas, os barcelenses fizeram do voto um protesto contra a privatização da água.

A recusa da população em colaborar com uma concessão que consideram contrária aos seus interesses, recusando mesmo sob ameaça a tornarem-se clientes da concessionária demonstra esse descontentamento.

As decisões políticas devem respeitar a vontade popular.

A recente decisão política do actual executivo de aumento da tarifa da água, em cerca 2,5 %, acrescenta ainda mais dificuldades à população barcelense mais carenciada no acesso à água e é, também, um claro sinal que preocupa o PCP, pois aponta um caminho que o actual executivo pretende para a resolução do problema causado pela concessão de distribuição de água e saneamento.

Atendendo que a Coligação que agora governa a Câmara Municipal de Barcelos escusou-se, até hoje, a esclarecer qual a suas opções políticas para a resolução do problema causado pela privatização da água, o PCP considera que o voto na Coligação não representa um apoio ao caminho político que o executivo parece querer dar nesta matéria.

Este executivo, e muito concretamente o PSD, tem neste mandato uma excelente oportunidade para respeitar a vontade popular de defesa da água pública e corrigir os erros do passado pondo fim à concessão da distribuição da água e saneamento, pois não há solução no seio da concessão.

A Câmara Municipal de Barcelos tem a obrigação perante os barcelenses de definir uma estratégia clara que coloque um ponto final aos constrangimentos provocados pela concessão.

A Assembleia Municipal de Barcelos reunida em sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2022 recomenda à Câmara Municipal de Barcelos o seguinte:

1º Que inicie negociações com governo que vise criar condições favoráveis para a resolução do problema causado pela concessão da distribuição da água e saneamento;

2º Que inicie negociações com a concessionária que vise o resgate da concessão da distribuição da água e saneamento;

3º Que apresente relatórios, para serem apreciados nas sessões ordinárias, à Assembleia Municipal de Barcelos sobre a estratégia adoptada, o desenvolvimento dessas negociações e das propostas apresentadas e discutidas entre as partes.

O proponente,

Mário Figueiredo

Deputado do Partido Comunista Português

Hora de Abertura: 21h00

Minuta da ata da quarta Sessão da Assembleia Municipal de Barcelos, realizada em 25 de fevereiro de 2022

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do estipulado no n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi deliberado, com vista à sua executoriedade imediata, aprovar em minuta as deliberações desta sessão ordinária, constituindo o presente documento a ata em minuta:

Período de Antes da Ordem do Dia

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel dos Santos Fonseca – Aprovado por unanimidade

Voto de Pesar pelo falecimento de Domingos de Castro Barbosa Maciel – Aprovado por unanimidade

Voto de Solidariedade para com o Povo da Ucrânia pela invasão da Rússia e de apelo ao cessar-fogo e à paz, apresentado pela Coligação Barcelos Mais Futuro – Aprovado por maioria com 94 votos a favor (41 PS, 22 PSD, 21 BTF, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 3 IND) e 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

Voto de Solidariedade para com a comunidade Ucraniana em Portugal, devido à invasão daquele país, apresentado pelo Chega – Aprovado por maioria com 94 votos a favor (41 PS, 22 PSD, 21 BTF, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 3 IND), 1 voto contra (PCP) e 2 abstenções (BE)

Moção "A água como bem vital de serviço público", apresentada pelo BE – Aprovados por unanimidade os pontos 1 e 2 da moção. O ponto 3 foi rejeitado por maioria com 63 votos contra (1 PS, 33 PSD, 21 BTF, 3 CH, 2 CDS, 3 IND), 3 votos a favor (2 BE, 1 PCP) e 47 abstenções (45 PS, 2 TB)

Moção "Em defesa da água pública", apresentada pelo PCP – Os pontos 1 e 2 da moção foram rejeitados por maioria com 63 votos contra (1 PS, 33 PSD, 21 BTF, 3 CH, 2 CDS, 3 IND), 3 votos a favor (2 BE, 1 PCP) e 47 abstenções (45 PS, 2 TB). O ponto 3 foi aprovado por maioria com 110 votos a favor (46 PS, 33 PSD, 21 BTF, 2 TB, 2 CDS, 2 BE, 1 PCP, 3 IND) e 3 abstenções (CH)

Registaram-se as intervenções dos deputados do: PS, PSD, BTF, CH, TB, CDS-PP, BE e PCP

Período de Intervenção do Público

Não se registaram inscrições

Período da ordem do dia

1. **Aprovação das atas das sessões de 26 de novembro e 16 de dezembro de 2021;**

Ata de 26/11/2021 – Aprovada por unanimidade

Ata de 16/12/2021 – Aprovada por unanimidade

2. **Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**

   Aprovado por unanimidade

3. **Ratificação da adesão do Município de Barcelos à Associação Nacional das Assembleias Municipais – ANAM;**

   Aprovado por unanimidade

4. **Discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de 2022;**

   Aprovado por maioria com 84 votos a favor (20 PS, 33 PSD, 21 BTF, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 3 IND) e 29 abstenções (26 PS, 2 BE, 1 PCP)

5. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as Freguesias do concelho de Barcelos;**

   Aprovado por unanimidade

6. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para outorga do Acordo de Transferência de Recursos do Município para as Freguesias do concelho de Barcelos;**

   Aprovado por unanimidade

7. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia desde 1 de maio de 2019;**

   Aprovado por maioria com 6 abstenções (3 CH, 2 BE, 1 PCP)

8. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo para a aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (Ação Social), para o dia 1 de janeiro de 2023, à luz do n.º 5 do artigo 24.º do aludido diploma;**

   Aprovado por maioria com 2 abstenções (BE)

9. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de prorrogação do prazo de revisão do Plano Diretor Municipal de Barcelos;**

   Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

10. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Barcelos;**

    Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

11. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal referente à composição dos júris de recrutamento e seleção dos cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus, a prover na autarquia;**

Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

12. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios fiscais à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos;**

    Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

13. **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício destinado a "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural", regularização da sua atividade, sito na Rua Quinta do Sol, freguesia de Fornelos;**

    Aprovado por maioria com 3 abstenções (2 BE, 1 PCP)

14. **Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ de Barcelos do ano 2021;**

    Transitou para a próxima sessão

15. **Apreciação da Informação semestral sobre a situação económico-financeira da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos;**

    Verificou-se a intervenção do PSD

16. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.**

    Verificaram-se as intervenções do PCP e do BE e os respetivos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal

Às 00h40 do dia 26 de fevereiro de 2022 foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a sessão.

Eu, Celestino Linhares da Silva, Coordenador Técnico, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia,

Fernando Santos Pereira

(Fernando Santos Pereira)

O Coordenador Técnico,

Celestino Linhares da Silva

(Celestino Linhares da Silva)